

1 – Primeira República

PROVA DE 2008

Questão 1

O Governo Campos Salles, sendo Joaquim Murinho ministro da Fazenda, executou uma política econômica negociada com os credores externos, em troca do reescalonamento da dívida externa brasileira (Funding Loan). É CORRETO afirmar que o Governo Campos Salles:

- Ⓐ Desvalorizou a moeda nacional para compensar os exportadores pela queda do preço do café e gerar receitas cambiais para pagamento da dívida externa.
- Ⓑ Elevou a carga tributária para facilitar o pagamento da dívida pública externa.
- Ⓒ Apreciou a moeda nacional para reduzir o custo fiscal da dívida pública externa.
- Ⓓ Expandiu o crédito a investimentos que aumentassem exportações ou substituíssem importações e melhorassem o saldo da balança comercial.
- Ⓔ Procurou reduzir a inflação mediante crescimento mais lento da oferta monetária, abaixo da taxa de inflação do período anterior.

Resolução:

(0) Falso.

Ao contrário, a política econômica de Campos Salles caracterizou-se pela austeridade, procurando *valorizar* a taxa de câmbio e restaurar o equilíbrio orçamentário.

(1) Verdadeiro.

Foram elevados impostos, a exemplo do imposto sobre as importações, que teve, ainda, aumentada a parcela a ser paga “em ouro” (na prática uma indexação à taxa de câmbio, que visava facilitar a aquisição, pelo governo, das cambiais necessárias ao pagamento do serviço da dívida pública externa).

(2) Verdadeiro.

O Governo Federal era o principal devedor em moeda estrangeira no país e a valorização do mil-réis tornaria menor o custo fiscal de comprar as cambiais necessárias ao serviço da dívida pública externa.

(3) Falso.

Houve brutal contração do crédito no período. Ademais, não existiram políticas governamentais de apoio à substituição de importações industriais durante a Primeira República.

(4) Falso.

A redução da inflação dar-se-ia por *contração* absoluta da oferta física de moeda, a partir da incineração de notas retiradas de circulação.

PROVA DE 2009

Questão 1

Considerando-se a política econômica da Primeira República (1889-1930), pode-se afirmar que:

- Ⓐ O orçamento do Governo Federal dependia fundamentalmente do imposto sobre exportações.
- Ⓑ Com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, o Governo suspendeu a Caixa de Conversão, depreciou o mil-réis e registrou-se diminuição da capacidade ociosa em ramos da indústria, como o de alimentos.
- Ⓒ A Lei Bancária, implementada por Rui Barbosa, possibilitou forte contração monetária, pois passou a exigir que as emissões de papel-moeda fossem conversíveis em ouro.
- Ⓓ Nos primeiros anos da República, foi adotada uma política de desvalorização cambial que deu origem a um surto industrial e desestimulou o crescimento da capacidade produtiva das fazendas de café.
- Ⓔ A criação da Caixa de Conversão, na primeira década do século XX, significou a adoção de taxa de câmbio fixa, com emissões assentadas na conversibilidade em ouro.

Resolução:

(0) Falso.

A dependência era com relação ao imposto sobre *importações*.

(1) Verdadeiro.

A depreciação cambial que se seguiu ao fechamento da Caixa de Conversão ajudou a promover a substituição de importações, com aumento da demanda por artigos manufaturados produzidos domesticamente.

(2) Falso.

Ao contrário, a reforma bancária de Rui Barbosa *ampliou* enormemente a oferta de moeda (*não* conversível) no país.

(3) Falso.

Não é verdade que tenha havido, propriamente, uma *política* deliberada de desvalorização do câmbio nos primeiros anos da República. Houve, isso sim, um forte aumento da oferta de moeda, que teve como consequência a depreciação cambial. Esta última, por sua vez, *estimulava* a ampliação da capacidade produtiva do setor cafeeiro, ao levar a um aumento do valor (em mil-réis) das receitas de exportação.

(4) Verdadeiro.

2 – A Era Vargas

PROVA DE 2008

Questão 2

Um dos objetivos da política econômica nos anos 1930 foi responder à crise provocada pela queda abrupta do preço do café no mercado internacional. A respeito da crise externa e das políticas adotadas em resposta a ela, é Correto afirmar que:

- Ⓐ A capacidade de importar do país declinou drasticamente a despeito do aumento do volume físico das exportações.
- Ⓑ A superação da crise foi facilitada pela política de contração de crédito praticada até 1937, que reduziu preços e aumentou a competitividade internacional da indústria brasileira.
- Ⓒ A recuperação foi prejudicada pelos superávits fiscais primários recorrentes do Governo Federal até 1937.
- Ⓓ Apesar da redução do custo do serviço da dívida externa, o Brasil viu-se obrigado, no final da década, a suspender o pagamento de tais serviços, em virtude da redução do saldo da balança comercial.
- Ⓔ A despeito do quadro de crise, o Governo Vargas resistiu até o final da década a impor controles sobre o mercado de câmbio.

Resolução:

(1) Verdadeiro.

O gabarito oficial deste item é questionável.

A “capacidade de importar” é definida como o produto do *quantum* exportado por um país e seus termos de troca. No período em apreço, houve, simultaneamente, declínio drástico da capacidade de importar e aumento do *quantum* de exportações apenas entre 1929 e 1930 (o que, a rigor, não está compreendido nos “anos 1930”) e,

em menor grau, entre 1934 e 1935. Ao longo da década de 1930 (isto é, de 1930 a 1939), predominou, isso sim, uma tendência de ligeiro *crescimento* da capacidade de importar, resultado de um aumento da quantidade exportada a taxa superior à queda dos termos de troca do país.

(1) Falso.

A natureza contracíclica da política de defesa do café implicou *expansão* do crédito doméstico, e não a sua contração.

(2) Falso.

A execução orçamentária do Governo Federal apresentou *déficits* desde 1930, sendo aqueles observados entre 1934 e 1937 planejados.

(3) Verdadeiro.

Com efeito, a moratória no serviço da dívida externa foi decretada em 1937, coincidindo com o golpe do Estado Novo. Naquele ano, o saldo comercial foi de US\$ 67,6 milhões, contra US\$ 124,2 milhões em 1936.

(4) Falso.

Os controles cambiais foram instituídos desde o início da crise, em 1930, e perduraram durante a maior parte da década.

PROVA DE 2009

Questão 2

Neste ano, comemora-se 50 anos da publicação de *Formação econômica do Brasil*, livro de Celso Furtado que marcou os estudos sobre a economia brasileira. Nesta obra, defendeu-se, entre outros argumentos, que:

- Ⓐ A recuperação da economia brasileira, a partir de 1933, não se deveu a um projeto de industrialização consciente, mas foi subproduto da defesa do nível de renda da economia cafeeira.
- Ⓑ O processo de industrialização do Brasil teve forte expansão nas primeiras décadas do século XX, principalmente nos períodos de valorização do mil-réis, que estimulava o aumento das inversões para ampliar a capacidade produtiva das indústrias locais.
- Ⓒ A demanda por café dependia fundamentalmente da demanda internacional e pouco se contraía nas depressões, assim como pouco se expandia nas fases de expansão do ciclo.
- Ⓓ A crise de 1929 afetou as exportações de café, mas não teve influência no redirecionamento da economia brasileira.
- Ⓔ Na década de 1930, o governo brasileiro inspirou-se em teorias keynesianas para realizar um programa de manutenção da demanda agregada, o qual teve êxito, já que o nível de renda caiu menos do que cairia caso não houvesse a intervenção governamental.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

(1) Falso.

Para Furtado, as fases de maior crescimento da produção industrial coincidiram com períodos em que o mil-réis se *desvalorizou* (como durante a Primeira Guerra), já que um câmbio desvalorizado conferia mais proteção à produção manufatureira doméstica. [ver Furtado (1970)]

(2) Verdadeiro.

Trata-se de corolário da conhecida característica do mercado de café, de apresentar uma elasticidade-preço da demanda inferior à unidade.

(3) Falso.

Ao contrário, a crise de 1929 (que, no caso brasileiro, foi, antes de tudo, uma crise de superprodução de café) e as políticas governamentais para combatê-la tiveram enorme influência sobre o redirecionamento da economia brasileira. Na análise clássica de Furtado, elas explicam o chamado “deslocamento do centro dinâmico da economia”, do café para a indústria e serviços.

(4) Falso.

Este enunciado pode ter induzido o candidato ao erro. Com efeito, é verdade que não houve *inspiração* teórica para as políticas de sustentação do nível de renda, ainda que seus efeitos práticos tenham sido, sim, “keynesianos”.

QUESTÕES DISCURSIVAS

PROVA DE 2008

Questão 2

Discorra sobre as heranças institucionais do Governo Vargas que facilitaram a implementação do Plano de Metas.

Resolução:

Em certa medida, a implementação do Plano de Metas, no Governo JK, beneficiou-se de diversos órgãos, empresas públicas e medidas que surgiram durante o longo período em que Getúlio Vargas foi Presidente da República. Remontando-se ao Estado Novo (1937-1945), pode-se destacar a criação do Dasp — Departamento Administrativo do Serviço Público, que lançou as bases para a profissionalização do serviço público federal e possibilitou o início da constituição de uma burocracia técnica que iria se mostrar importante para a futura elaboração e implementação do Plano de Metas. No terreno institucional, cabe indicar, ainda, a criação dos Grupos de Trabalho — que seriam mantidos e, posteriormente, ampliados no Governo JK, a partir da criação dos Grupos Executivos (que teriam papel decisivo em alguns setores do Plano de Metas, como o automobilístico, por exemplo).

Também durante o Estado Novo foi criado o CNP — Conselho Nacional do Petróleo —, a quem cabia administrar a política de petróleo, a Chesf — Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (responsável pela construção e operação da usina de Paulo Afonso) — e a CSN — Companhia Siderúrgica Nacional —, primeira usina siderúrgica integrada do país. Ambas, Chesf e CSN, iriam receber importantes investimentos dentro do Plano de Metas.

A herança institucional do segundo Governo Vargas (1951-4) foi, possivelmente, mais importante ainda para o Plano de Metas. Neste período, foram criadas duas empresas públicas que viriam ter papel decisivo no Plano: o BNDE — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e a Petrobras. Embora lançada em dezembro de 1950 — antes, portanto, da posse de Getúlio Vargas —, a CMBEU (Comissão Mista Brasil-Estados Unidos) desenvolveu seus trabalhos ao longo do segundo Governo Vargas. Seu relatório final serviu de base para muitos dos projetos que iriam constituir o Plano de Metas. Finalmente, foi durante o segundo Governo Vargas que foi baixada a Instrução no_70 da Sumoc — Superintendência da Moeda e do Crédito. Com esta Instrução, criava-se o sistema de leilões de cambiais que iria permitir, no Governo JK, a alocação seletiva de divisas com vistas a estimular a industrialização substitutiva de importações. Tal sistema logrou dois objetivos principais, a saber: privilegiar a importação de máquinas e insumos industriais (em detrimento de bens de consumo) e, via o funcionamento da conta de Ágios e Bonificações, carrear enorme volume de recursos fiscais para o Governo Federal, ajudando-o a custear parte das despesas em moeda nacional associadas ao Plano de Metas.

3 – De Dutra a JK

PROVA DE 2008

Questão 3

A respeito das políticas cambial e de comércio exterior do Governo Dutra nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, é **CORRETO** afirmar que:

- Ⓐ O câmbio foi mantido fixo, no nível do pré-guerra.
- Ⓑ Coerente com sua orientação liberal, o Governo Dutra não autorizou controles seletivos de importações.
- Ⓒ Atribuem-se os déficits da balança comercial, ao final da década de 1940, à queda dos preços internacionais do café.
- Ⓓ Uma das consequências da política cambial foi a perda de competitividade das exportações de manufaturados.
- Ⓔ Um dos objetivos da política cambial foi a contenção da inflação.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A taxa oficial, comunicada ao FMI, era de Cr\$ 18,50/US\$.

(1) Falso.

Os controles seletivos das importações tiveram que ser introduzidos em meados de 1947, após o malogro da liberalização comercial e financeira tentada no início do Governo Dutra.

(2) Falso.

Os preços internacionais do café *cresceram* sem interrupção entre 1945 e 1954 (coincidindo com o fim do Acordo Interamericano do Café, que mantivera o preço do produto fixo ao longo da Segunda Guerra). Também não é verdade que o Brasil tenha incorrido em déficits comerciais ao final dos anos 1940. Ao contrário, houve superávits em todo o período 1945-1949.

(3) Verdadeiro.

As exportações de manufaturados do Brasil não conseguiram resistir à combinação de apreciação real do câmbio e o gradativo retorno dos fornecedores tradicionais ao mercado internacional, após a Guerra.

(4) Verdadeiro.

Esperava-se que a manutenção de uma taxa de câmbio real apreciada ajudasse na contenção dos preços domésticos.

Questão 4

Várias medidas adotadas durante o segundo Governo Vargas (1951-1954) favoreceram o avanço da industrialização na segunda metade da década de 1950. Entre essas incluem-se:

- ① A Instrução n.º 113 da Sumoc, que autorizou a emissão de licenças para importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial.
- ② A reforma tributária, que instituiu a cobrança de impostos sobre valor adicionado.
- ③ A Instrução n.º 70 da Sumoc, que instituiu o regime de taxas múltiplas de câmbio.
- ④ A criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e da Petróleo Brasileiro S. A. (PETROBRAS).
- ⑤ O Plano Salte, que previa investimentos públicos nos setores de saúde, alimentação, transporte e energia.

Resolução:

(0) Falso.

A Instrução n.º 113 data de janeiro de 1955 — portanto, do Governo Café Filho.

(1) Falso.

Dois importantes tributos federais cobrados sobre o valor adicionado, o IPI — Imposto sobre Produtos Industrializados — e o ICM — Imposto sobre Circulação de Mercadorias —, foram criados no Governo Castello Branco (1964- 1967), com o Paeg.

(2) Falso.

Na realidade, a novidade da Instrução n.º 70 consistiu em instituir os *leilões de câmbio*. As taxas múltiplas de câmbio (Oficial, Livre e Livre Especial) existiam desde os anos 1930.

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

O Plano Salte foi lançado no Governo Dutra, vigorou durante o segundo governo Vargas e teve poucos efeitos práticos.

PROVA DE 2009

Questão 3

O período entre 1946 e 1964 é considerado como uma das experiências mais ricas de crescimento econômico com democracia da história brasileira. Nesse período:

- ① A política monetária, como a emissão de papel-moeda e a fixação da taxa de redesconto, era integralmente formulada e executada pelo Banco do Brasil, já que inexistia Banco Central no país.
- ② Eugênio Gudin foi um dos mais ferrenhos críticos do desenvolvimentismo e chegou a ser ministro da Fazenda.
- ③ O crescimento industrial não se restringiu ao setor de bens de consumo não duráveis e as taxas de crescimento da agricultura foram, em média, inferiores às da indústria.
- ④ A legislação trabalhista colaborou para a relativa melhoria na distribuição de renda do país, o que pode ser verificado pelo crescimento do Índice de Gini.
- ④ As políticas de substituição de importações implementadas implicaram modificações importantes na estrutura das importações, em especial provocaram a elevação da participação das importações de bens de consumo manufaturados.

Resolução:

(0) Falso.

Na verdade, o Banco do Brasil dividia com a Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito) o papel de um banco central à época.

(1) Verdadeiro.

Exponente do pensamento liberal no país, Gudin foi Ministro da Fazenda durante cerca de oito meses, no Governo Café Filho.

(2) Verdadeiro.

Assistiu-se, no período, à ampliação, também, da produção doméstica de bens de consumo duráveis, bens de capital e bens intermediários. A agricultura, por sua vez, cresceu a taxas quase sempre inferiores às da indústria.

(3) Falso.

Não existem séries históricas de evolução do Índice de Gini da distribuição de renda para o período anterior a 1970, o que impede uma avaliação precisa da evolução da desigualdade no Brasil à época. De todo modo, a afirmativa é falsa ao associar uma eventual melhora na distribuição de renda ao crescimento do Índice de Gini, quando, na realidade, uma melhoria da distribuição refletir-se-ia em uma *queda* daquele indicador (que varia de 0 a 1).

(4) Falso.

À medida que avançava a industrialização substitutiva de importações no Brasil, a pauta de importações se concentrava em bens de capital, insumos industriais e combustíveis, com *redução* da participação dos bens de consumo.

Questão 4

Pode-se associar ao segundo Governo Vargas (1951-1954):

- Ⓐ As dificuldades associadas à escassez de reservas internacionais conversíveis e a introdução do sistema de leilões de câmbio.
- Ⓑ A criação da empresa siderúrgica de Volta Redonda e da Petrobras.
- Ⓒ A formação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e a criação da Sudene.
- Ⓓ A defesa, por parte do ministro da Fazenda, Horácio Lafer, da “fórmula Campos Sales — Rodrigues Alves”, pela qual se deveria passar por uma fase de saneamento e estabilização para depois haver crescimento.
- Ⓔ A substituição do sistema de licenciamento às importações, segundo critério de essencialidade dos bens, por outro que, dentre outras consequências, representou aumento das receitas governamentais.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Em face da escassez de reservas experimentada no período, o Governo Vargas baixou a Instrução n.º 70, da Sumoc, em outubro de 1953, criando o sistema de leilões de câmbio.

(1) Falso.

A Companhia Siderúrgica Nacional foi criada em abril de 1941, no primeiro Governo Vargas.

(2) Falso.

A CMBEU foi lançada ainda em dezembro de 1950 (antes da posse de Vargas, portanto), embora tenha começado os seus trabalhos em meados de 1951. A Sudene, por sua vez, foi criada em dezembro de 1959, no Governo Kubitschek.

(3) Verdadeiro.

(4) Verdadeiro.

De fato, o sistema de leilões de câmbio, introduzido pela Instrução n.º 70 da Sumoc, permitiu aumentar a receita fiscal do governo. Tal ganho resultava da diferença entre o preço pago aos exportadores (café, sobretudo) por suas cambiais e aquele obtido ao vender estas cambiais, aos importadores, em leilões.

QUESTÕES DISCURSIVAS

PROVA DE 2009

Questão 2

Fatores internos e externos se associam para explicar as altas taxas de crescimento verificadas na economia brasileira no período de JK (1956-1961). Disserte sobre como a conjuntura internacional influenciou o crescimento do período, avaliando qual seria seu alcance para explicar as expressivas taxas alcançadas.

Resolução:

A economia brasileira cresceu a uma taxa média de 8% anuais (5,5% em termos *per capita*) durante o Governo JK, liderada pelo desempenho da indústria de transformação. O papel da conjuntura internacional foi importante, porém não tão decisivo quanto em outros períodos da história econômica brasileira. Com efeito, embora a economia mundial, à época, estivesse vivendo a chamada Era de Ouro (1950-73) do pós-Segunda Guerra, apresentando taxas médias de crescimento da ordem de 4%-5% a.a. (dependendo da estimativa) e com o comércio exterior crescendo anualmente cerca de 8%, o Brasil ainda era uma economia muito fechada ao exterior. Sendo assim, a economia brasileira não se beneficiou tanto quanto poderia desta fase áurea do comércio internacional. De fato, ao passo que as exportações mundiais cresceram quase 50% em valor no quinquênio JK, as exportações do Brasil **caíram** cerca de 10% no período, o mesmo tendo ocorrido com os termos de troca do país. Para tanto, contribuiu, principalmente, o mal desempenho das exportações cafeeiras, que passaram de pouco mais de US\$ 1 bilhão em 1956 para US\$ 710 milhões em 1960, a reboque de uma queda de cerca de 30% do preço internacional do café.

Neste contexto de uma economia fechada e com um desempenho exportador declinante, a principal contribuição da conjuntura externa para o crescimento econômico do Brasil veio do lado financeiro. Efetivamente, a recuperação e acelerado crescimento das economias europeia e japonesa ao longo dos anos 1950 abriram a possibilidade para países como o Brasil passarem a ter acesso a novos e maiores fluxos de capitais privados do exterior. Como resultado, na segunda metade da década de 1950 o Brasil recebeu volumes significativos de empréstimos e investimentos diretos externos.

Com relação aos empréstimos, totalizaram cerca de US\$ 400 milhões entre 1956 e 1960, sendo compostos, majoritariamente, por créditos de fornecedores e, em menor volume, créditos oficiais. Já os investimentos externos diretos somaram cerca de US\$ 740 milhões no período, equivalente a uma média anual de pouco menos de US\$ 150 milhões (contra US\$ 60 milhões anuais, em média, na década anterior). No caso destes investimentos, vieram complementar entradas de capital externo no Brasil sob a forma de máquinas e equipamentos, ao abrigo da Instrução nº 113, da Sumoc, promulgada ainda no Governo Café Filho. O setor automobilístico foi o principal beneficiário dos investimentos externos diretos realizados no âmbito do Plano de Metas.

4 – Da crise dos anos 1960 ao Milagre

PROVA DE 2008

Questão 5

Entre as causas da desaceleração do crescimento econômico entre 1962 e 1967, incluem-se:

- ⓐ O déficit fiscal resultante do aumento substancial dos investimentos das empresas estatais no Governo João Goulart.
- ⓑ A redução da taxa de crescimento dos investimentos em virtude da conclusão dos grandes projetos do período anterior e da existência de capacidade ociosa em diversos setores.
- ⓒ A elevação da carga tributária promovida pelo Governo Castello Branco.
- ⓓ A “inflação corretiva”, que resultou do aumento dos salários reais promovido pelo Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg).
- ⓔ O baixo coeficiente de exportação das industriais instaladas no país, cujas exportações foram insuficientes para compensar a desaceleração da demanda interna, depois do Plano de Metas.

Resolução:

(0) Falso.

As empresas estatais não elevaram significativamente os seus investimentos no período, devido ao represamento das tarifas públicas de transportes, energia, combustíveis etc.

(1) Verdadeiro.

(2) Verdadeiro.

O aumento da carga tributária, dentro das reformas do Paeg, constituiu um dos choques de custos promovidos por aquele plano de estabilização.

(3) Falso.

A “inflação corretiva” observada no Governo Castello Branco não resultou de aumentos reais de salários (estes, na realidade, *caíram* no período), mas sim do “realismo tarifário” que passou a ser praticado nas empresas públicas e da desvalorização da taxa de câmbio (“realismo cambial”).

(4) Verdadeiro.

As exportações industriais brasileiras só iriam aumentar, de fato, a partir do final da década de 1960, com base em política cambial mais agressiva (mini-desvalorizações) e incentivos fiscais e creditícios.

Questão 6

A respeito do Plano de estabilização e de reformas estruturais do Governo Castello Branco, são **CORRETAS** as afirmativas:

- ⓐ O Plano reintroduziu o regime de taxas fixas de câmbio, que vigorou até sua substituição pelo regime de minidesvalorizações, em 1968.
- ⓑ O combate à inflação foi facilitado pela redução das margens de lucro das empresas estatais.
- ⓒ A reforma financeira segmentou o sistema financeiro, por exemplo, separando bancos comerciais e bancos de investimento.

- ③ A superação da crise cambial foi facilitada pelo controle das remessas de lucro de filiais de empresas estrangeiras.
- ④ O governo reatou laços com o Fundo Monetário Internacional e aceitou a concepção gradualista de combate à inflação proposta pelo FMI.

Resolução:

(0) Falso.

Antes da década de 1990, a taxa de câmbio no Brasil jamais deixou de ser fixa (mesmo a partir de 1968, quando passou a ser reajustada periodicamente). Sendo assim, tal regime não poderia ter sido “reintroduzido” pelo Governo Castello Branco.

(1) Falso.

As margens de lucro das empresas estatais, na realidade, *umentaram* no Governo Castello Branco, a partir da recomposição dos preços das tarifas públicas.

(2) Verdadeiro.

(3) Falso.

O tratamento do capital estrangeiro foi bem mais liberal no período, pondo fim aos controles sobre a remessa de lucros que caracterizaram a legislação durante o Governo João Goulart.

(4) Questão Anulada

A afirmação é, inequivocamente, falsa. A “ruptura” com o FMI não sobreviveu ao final do Governo JK. Adicionalmente, o Fundo se opôs à abordagem gradualista de combate à inflação, que caracterizou a política econômica do Governo Castello Branco.

Questão 7

A respeito da aceleração do crescimento do período do “milagre econômico”, são **CORRETAS** as afirmativas:

- ① A produção industrial cresceu mediante utilização de capacidade ociosa, já que somente no Governo Geisel a capacidade produtiva instalada voltaria a crescer.
- ② A diferenciação da estrutura de salários, propiciada pela política salarial em vigor desde o Governo Castello Branco, favoreceu a expansão da demanda de bens de consumo duráveis.
- ③ O dinamismo do setor industrial foi ampliado pelas exportações de manufaturados, estimuladas pelo realismo cambial propiciado pelas minidesvalorizações.
- ④ O crescimento veio acompanhado do aumento do salário médio e gerou acentuada expansão do emprego, não obstante o fato de ter havido piora na distribuição de renda.
- ④ A aceleração foi prejudicada por uma política monetária contracionista, justificada pela hipótese de a inflação brasileira ser de demanda.

Resolução:

(0) Falso.

Após uma relutância inicial, os empresários passaram a acreditar na nova orientação da política econômica sob o ministro Delfim Netto, no Governo Costa e Silva. Como resultado, a taxa de investimento em 1968 subiu para 19% do PIB, contra uma média de 15% do PIB entre 1964-1967, o que denota ampliação da capacidade produtiva *antes* do Governo Geisel.

(1) Verdadeiro.

Caso se entenda ‘diferenciação da estrutura de salários’ por aumento da concentração de renda — decorrente, por exemplo, do tratamento preferencial dado, naquele governo, aos ganhos de capital, comparativamente aos salários —, é possível argumentar que tal ‘diferenciação’ estimulou a demanda por bens de consumo duráveis (automóveis, em particular).

(2) Verdadeiro.

As exportações de manufaturados beneficiaram-se, adicionalmente, do forte crescimento da economia mundial e de incentivos fiscais e creditícios concedidos pelo governo.

(3) Verdadeiro.

Durante o período do “Milagre” houve ganho generalizado de renda, embora a taxas mais elevadas nos decis superiores da distribuição. Isso resultou em aumento da concentração de renda no país.

(4) Falso.

O crescimento econômico acelerado do período beneficiou-se de uma política monetária *expansionista*, que era compatível com o diagnóstico oficial de uma inflação de custos (*oferta*).

PROVA DE 2009

Questão 5

Analisando-se a política econômica do Brasil nos anos anteriores ao governo militar, na primeira metade da década de 1960, pode-se assinalar que:

- Ⓐ Houve tentativas de políticas de estabilização, inclusive com a adoção de políticas monetárias restritivas, com vistas ao combate a inflação.
- Ⓑ A Instrução nº 24 da Sumoc, no governo de Jânio Quadros, valorizou o cruzeiro e representou uma crítica à existência de múltiplas taxas de câmbio.
- Ⓒ A gestão de Moreira Salles, durante o gabinete de Tancredo Neves, caracterizou-se pela elaboração de programa consistente e detalhado, voltado quase exclusivamente para o combate à inflação, mas que não pode ser efetivado em virtude de resistências políticas.
- Ⓓ O Plano Trienal, em sua formulação, propôs, dentre outras medidas: redução do déficit público, retração do crédito e correção de preços defasados.
- Ⓔ Aceleração do processo inflacionário se deveu parcialmente a fatores de natureza política, como a insuficiente base de apoio do governo no Legislativo e a mudanças frequentes na equipe econômica.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Este foi o caso em todos os governos do período, a saber: Jânio Quadros, João Goulart (com o Plano Trienal) e Castello Branco (através do Paeg).

(1) Falso.

A Instrução n^o 204 buscou, efetivamente, a unificação da taxa cambial. Porém, tal objetivo deveria ser alcançado mediante a adoção de uma taxa mais realista, o que implicava *desvalorização* do cruzeiro.

(2) Falso.

Na realidade, a própria natureza excepcional do contexto político em que se deu o início do período parlamentarista do governo de João Goulart impediu que o primeiro-ministro Tancredo Neves apresentasse ao país um programa que fosse além de generalidades e declarações de princípios.

(3) Verdadeiro.

De fato, o Plano Trienal incluía tais medidas de política econômica consideradas “ortodoxas”.

(4) Verdadeiro.

Na medida em que Jango encontrava dificuldade de legitimar-se politicamente, tanto junto à esquerda como aos setores mais conservadores, sua política econômica mostrou-se extremamente errática. Neste contexto, ela apresentou, durante determinados períodos, tendências expansionistas, contribuindo para a aceleração da inflação.

Questão 6

O Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg) desde sua divulgação provocou um debate acadêmico sobre seu caráter ortodoxo ou não, o qual dividiu os economistas. Ponderando-se os argumentos de ambos os lados, pode-se dizer que o plano:

- Ⓐ Tendo contado como seus principais elaboradores economistas da tradição cepalina, contrariou a ortodoxia ao propor um conjunto de reformas institucionais e ao desconsiderar a oferta monetária como uma das principais causas da inflação.
- Ⓑ Divergiu da ortodoxia, dentre outros motivos, por admitir a possibilidade de convivência com a inflação.
- Ⓒ Se aproximou da ortodoxia por ter priorizado o controle da inflação, admitindo em sua formulação que o contexto inflacionário da época tornava incompatível a queda da inflação com manutenção do crescimento.
- Ⓓ Se aproximou da ortodoxia ao admitir o déficit público como uma das causas básicas da inflação e ter implementado uma política que ao mesmo tempo reduziu a relação déficit público/PIB e diminuiu a participação da emissão de papel-moeda em seu financiamento.
- Ⓔ Inspirou-se em modelos tidos como ortodoxos, ao admitir os salários como uma das variáveis causadoras da inflação e ao propor a não interferência governamental no mercado de trabalho, o que resultou em queda dos salários reais.

Resolução:

(0) Falso.

Os principais elaboradores do Paeg — Eugenio Gudin, Octávio G. de Bulhões, Roberto Campos e Mario H. Simonsen — não estão associados à tradição cepalina. Além disso, é fato que identificavam explicitamente as origens do problema inflacionário na expansão excessiva da moeda e do crédito e na majoração dos salários acima dos ganhos de produtividade.

(1) Verdadeiro.

A própria introdução do mecanismo de correção monetária, com as ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), caracterizaria esta disposição em conviver com algum grau de inflação.

(2) Falso.

Para os formuladores do Plano, a abordagem gradualista à estabilização permitia, justamente, a redução paulatina da inflação em meio à expansão do PIB (prevista por eles em 6% a.a. no biênio 1965-1966).

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

O governo interveio, sim, no mercado de trabalho, ao promulgar regra compulsória de reajustes salariais. Por esta regra, “o salário reajustado deveria ser igual ao valor do salário real médio dos últimos 24 meses, acrescido dos ganhos de produtividade do ano anterior, mais a metade da inflação prevista pelo governo para o ano seguinte (resíduo inflacionário)” [Resende (1990), p. 217].

Questão 7

Podem ser associados ao período conhecido como “milagre econômico brasileiro” (1968- 1973):

- Ⓐ A adoção do sistema de “minidesvalorizações” cambiais.
- Ⓑ O aumento do grau de capacidade ociosa da economia ao longo do período, fruto do crescimento dos investimentos externos diretos.
- Ⓒ O entendimento da equipe econômica que a inflação não era fundamentalmente de demanda, mas de custo.
- Ⓓ O incentivo governamental à concorrência no sistema bancário, como forma de diminuir a taxa de juros.
- Ⓔ Tanto as importações como as exportações cresceram significativamente ao longo do período, sendo que a taxa de crescimento das exportações de bens manufaturados cresceu acima da taxa média de crescimento das exportações.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

O chamado *crawling peg* foi instituído em 1968, e, ao impedir a defasagem cambial, contribuiu para o aumento das exportações brasileiras durante o Milagre.

(1) Falso.

Na realidade, o aumento do investimento no período (inclusive o direto estrangeiro) ajudou a expandir a capacidade produtiva, capacidade esta que, em um contexto de crescimento médio do PIB de cerca de 10% a.a., *não* ficou ociosa.

(2) Verdadeiro.

(3) Falso.

Na verdade, o governo *limitou a concorrência* e incentivou a concentração bancária no período, na esperança de os ganhos de escala daí decorrentes ajudarem na redução dos custos dos bancos e, a partir de então, na queda dos juros. Tal redução seria promovida, ainda, através da imposição de tetos de captação e aplicação em segmentos específicos do mercado financeiro e pela via dos instrumentos monetários tradicionais (compulsório e taxa de redesconto).

(4) Verdadeiro.

Durante o Milagre houve tanto um aumento da chamada 'corrente de comércio' (exportações + importações) como uma maior participação das exportações de manufaturados na pauta, deixando para trás a dependência quase que total do país na venda de matérias primas para o exterior. **93**

QUESTÕES DISCURSIVAS

PROVA DE 2008

Questão 3

Compare o perfil de desenvolvimento econômico do Plano de Metas com o do período denominado "milagre econômico".

Resolução:

Os períodos compreendidos pelo Plano de Metas (1956-1960) e Milagre (1968-1973) guardam inúmeras semelhanças, mas, igualmente, importantes diferenças no que toca ao "modelo" de desenvolvimento subjacente a cada um deles. No terreno das semelhanças, cabe destacar a elevada taxa média de crescimento da renda *per capita* em ambos (5,5% a.a. x 8,5% a.a.). Adicionalmente, nos dois períodos o setor mais dinâmico foi o da indústria de transformação, que cresceu, em média, 11% a.a. em 1956-1960 e quase 13% a.a. em 1968-1973. A produção nas categorias de bens de consumo duráveis cresceu a taxas médias anuais de mais de 20% nos dois períodos, e no caso de bens de capital cerca de 35% a.a. durante o Plano de Metas e metade disso nos anos do Milagre. A inflação nos dois períodos foi igualmente alta para os padrões atuais (variação média do IGP de 25% a.a. durante o Plano de Metas e 20% a.a. no Milagre).

Cabe lembrar que o ambiente internacional em que ambos os períodos transcorreram inscreve-se dentro daquilo que ficou conhecida como a "Era de Ouro" do capitalismo (1950-1973). Nestas duas décadas e meia, houve notável crescimento

dos fluxos comerciais no mundo, bem como reconstrução do mercado internacional de capitais. O Brasil se beneficiaria mais do ponto de vista da ampliação (e diversificação) de exportações e acesso a capitais estrangeiros durante o Milagre, embora também seja verdade que o ambiente internacional foi favorável à política econômica de JK (que pode contar com significativos fluxos de empréstimos e investimentos estrangeiros para o seu Plano de Metas).

Não obstante as inúmeras semelhanças entre estas duas fases da história econômica do Brasil, o “modelo” de desenvolvimento que as motivou foi, essencialmente, distinto. O Plano de Metas foi fruto de um grande esforço de identificação prévia dos chamados “gargalos” da economia brasileira, tarefa realizada, sobretudo, pelos técnicos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Uma vez eleito, JK criou uma estrutura administrativa paralela, com Grupos Executivos setoriais coordenados pelo Conselho de Desenvolvimento — órgão chefiado pelo Presidente do BNDE, Lucas Lopes, ligado diretamente à Presidência da República. Tal estrutura de governança conferiu mais agilidade e possibilidade de coordenação dos investimentos de natureza, muitas vezes, complementar realizados pelos setores público e privado durante o Plano de Metas. Não houve nada equivalente em operação durante os anos de acelerado crescimento e industrialização no Milagre.

Também é digna de nota a diferença entre os setores industriais que mais cresceram nos dois períodos: durante o Plano de Metas, verificou-se expressivo crescimento da produção de bens de consumo duráveis, bens de capital e alguns insumos industriais; em contrapartida, os ramos industriais que mais cresceram à época do Milagre foram os de bens de consumo (duráveis e não duráveis).

Outra diferença notável diz respeito às “fontes” do crescimento da produção industrial nos dois períodos: durante o Plano de Metas, a industrialização experimentada decorreu, em grande parte, de um esforço consciente de substituição de importações, para o qual concorreram, entre outras, a política tarifária (através da promulgação da Tarifa de 1957, abertamente protecionista), cambial (com as Instruções nos 70 e 113 da Sumoc, por exemplo) e de financiamento de investimentos (através do BNDE). Já durante o Milagre, o acelerado crescimento da produção industrial envolveu pouca substituição de importações, tendo a maior produção industrial atendido tanto ao crescimento da demanda doméstica como às exportações. Aqui reside, portanto, uma outra — e importante — diferença entre os dois períodos: o desempenho exportador da economia brasileira. Assim, enquanto as exportações brasileiras recuaram cerca de 2% a.a, em média, durante o Governo JK (em função da queda significativa do valor das exportações cafeeiras — que dominavam a pauta até então), no período do Milagre as vendas do Brasil no exterior cresceram cerca de 25% a.a., em média, em um processo de diversificação que levou ao surgimento de novos produtos (agrícolas e manufaturados) na pauta. Tal processo, inclusive, levou alguns autores a designarem esta fase como sendo uma de “substituição de exportações” no Brasil (em contraste, portanto, com a industrialização substitutiva de importações ocorrida durante o Plano de Metas). **112**

5 – O II PND e a Crise dos anos 1980

PROVA DE 2008

Questão 8

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi crucial para a industrialização brasileira. A respeito do II PND são CORRETAS as afirmativas:

- ① Sua justificativa expôs uma visão crítica do “milagre econômico”, alegando que este estimulou o setor de bens de consumo, mas não expandiu suficientemente a produção de insumos básicos.
- ② Os recursos do BNDE, inflados pelo PIS-Pasep, foram fundamentais para o financiamento dos investimentos das empresas estatais, as quais puderam contar também com a elevada liquidez internacional.
- ③ Estimularam-se a substituição de importações de bens de consumo duráveis, complementando-se o processo iniciado pelo Plano de Metas.
- ④ Procurou-se destinar encomendas governamentais de forma a fortalecer o setor nacional de bens de capital.
- ⑤ Os investimentos das empresas estatais foram financiados, sobretudo, pela elevação de margens de lucro.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

O crescimento do período do Milagre foi liderado pelo setor de bens de consumo duráveis, elevando a dependência externa da economia em relação a bens de capital e petróleo.

(1) Falso.

O BNDE direcionou seus recursos principalmente para o setor *privado*. As estatais utilizaram-se, sobretudo, de recursos externos e de fundos parafiscais.

(2) Falso.

O II PND mudou o foco estratégico para a substituição de importações de insumos básicos e bens de capital. No que se refere à produção de bens, deslocava-se a produção de bens duráveis (eletrodomésticos e automóveis), característica do período do Milagre, para a indústria básica: siderurgia, fertilizantes, metais não ferrosos (para bens de capital ver item abaixo). Os empréstimos do BNDE para o financiamento de projetos de insumos básicos adquiriram grande relevância.

(3) Verdadeiro.

O II PND pretendia “Transformar o panorama da Indústria Nacional de Bens de Capital”. O principal instrumento de apoio eram os empréstimos do BNDE. Empresas de elevadores e máquinas, de mecânica pesada em geral, produção de tornos e equipamentos para usina de álcool são alguns dos exemplos.

(4) Falso.

Grande parte dos empreendimentos das empresas estatais foi financiada com recursos externos. As empresas estatais foram incentivadas a contrair dívidas no exterior, no intuito de se tornarem uma fonte de oferta de divisas. Diante

Capítulo 5 | O II PND e a Crise dos Anos 1980

das políticas de represamento de tarifas, é natural supor o oposto, ou seja, que as margens de lucro ficaram comprimidas.

Questão 9

O período 1980-1984 foi especialmente difícil para a economia brasileira. Sobre este período, é **CORRETO** afirmar que:

- Ⓐ As políticas restritivas de demanda, adotadas em 1981, tiveram efeito praticamente nulo sobre a taxa de inflação.
- Ⓑ As necessidades de financiamento do balanço de pagamentos levaram o governo a recorrer ao FMI antes das eleições de 15 de novembro de 1982.
- Ⓒ Em 6 de janeiro de 1983, o governo brasileiro submeteu a primeira carta de intenções ao FMI e que, nos 24 meses subseqüentes, sete cartas de intenções foram examinadas pela direção do Fundo.
- Ⓓ Graças à abertura democrática, o salário mínimo preservou seu valor em termos reais.
- Ⓔ O ajustamento externo da economia foi bem-sucedido por ter gerado vultosos superávits comerciais e alcançado o equilíbrio da conta corrente do balanço de pagamentos.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A inflação brasileira permaneceu no patamar de 100% em 1982, a despeito das políticas restritivas de demanda adotadas, tendo mais do que dobrado no ano seguinte em virtude da maxidesvalorização.

(1) Falso.

As negociações com o FMI foram adiadas em virtude das eleições diretas para governador e vereador. Três dias após as eleições, o ministro do Planejamento admitiu que o Brasil já vinha adotando uma política econômica coerente com os ditames do Fundo. Todavia, a primeira Carta de Intenção só seria assinada com o Fundo em janeiro de 1983.

(2) Verdadeiro.

(3) Falso.

Em 1980, a política salarial foi alterada, deixando de garantir aos trabalhadores de maior renda a indexação plena. Em 1983, no intuito de impedir que a maxidesvalorização cambial fosse neutralizada pela inflação, como na experiência de 1979, o governo promoveu desindexação parcial dos salários, eliminando o adicional de 10% sobre a variação semestral do INPC para os assalariados com renda até três salários mínimos e reduzindo os coeficientes de repasse na faixa salarial de três a dez salários mínimos. Houve, ainda, tentativa de aprovar coeficiente de repasse da variação do INPC de 80%, mas essa medida foi rejeitada pelo Congresso. A série em reais (R\$) constante do último mês, elaborada pelo IPEA, que deflaciona o salário mínimo nominal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE, aponta que o salário mínimo em dezembro de 1979 era de R\$ 606,90. Em dezembro de 1984, o mesmo havia se reduzido para R\$ 518,19.

(4) Verdadeiro.

É consensual entre os analistas que a maxidesvalorização de 1983 e a retomada da economia americana contribuíram para a recuperação das contas externas do Brasil no período. Em 1982, a Balança Comercial foi deficitária em US\$ 780 milhões, tendo o déficit de Transações Correntes atingido —US\$ 16,3 bilhões. Em 1984, o superávit da Balança Comercial somou US\$ 13,1 bilhões, enquanto o saldo de Transações Correntes atingiu US\$ 95 milhões.

PROVA DE 2009

Questão 8

No que se refere ao II PND, implementado durante o Governo Geisel, Antônio Barros de Castro afirma o seguinte:

- ⓐ Em vista do primeiro choque do petróleo, esse plano alertava para a necessidade de forte ajuste da demanda, acompanhado de desvalorização cambial para fazer frente ao desequilíbrio externo.
- ⓑ Apesar da desaceleração ocorrida, esse plano permitiu que a economia crescesse no período 1974-1980 à mesma taxa histórica do pós-guerra, de 7% em média ao ano.
- ⓒ As empresas nacionais privadas se constituíram no principal agente econômico de sua execução.
- ⓓ Além de completar a matriz industrial brasileira, esse plano teve por objetivo enfrentar problemas no balanço de pagamentos do país, em particular melhorar a balança comercial, por meio da substituição de importações.
- ⓔ Para completar a matriz industrial do país, priorizou o desenvolvimento dos segmentos industriais produtores de bens de consumo duráveis.

Resolução:

(0) Falso.

De acordo com Castro (ver Castro e Souza, 1985), haveria, em princípio, duas alternativas para a crise: financiamento, caso se julgasse que a crise fosse passageira; e ajustamento, se duradoura. Para o autor, a opção foi uma terceira via, denominada “Estratégia de 1974”, consubstanciada no II PND, que pretendia utilizar, sim, recursos externos, mas não por considerar a crise passageira. Ao contrário, por considerar a crise duradoura, propôs-se um ajustamento estrutural, numa estratégia ousada que pretendia superar o subdesenvolvimento e transformar a matriz industrial e energética do país.

(1) Verdadeiro.

O título do livro *A economia brasileira em marcha forçada* (ver Castro e Souza, 1985) faz alusão, justamente, à dificuldade de crescer em um ambiente hostil, mantendo taxas elevadas de expansão do PIB — em média, de 7% a.a., embora esta fosse inferior à do período do Milagre, quando houve crescimento de 11% a.a., em média.

(2) Falso.

Foram as empresas *públicas* e o governo que puxaram o crescimento, tendo a participação do setor público no total da FBCF subido de 32,8%, no período 1971-1973, para 40,2%, entre 1974-1978, em média.

(3) Verdadeiro.

O II PND pretendia promover a substituição de importação, ampliar as exportações e aumentar o consumo de massas. Dentre os três objetivos, destaca-se a substituição de importações.

(4) Falso.

Ao contrário do Milagre, em que o crescimento foi puxado pelo setor de bens de consumo duráveis, o II PND concentrou esforços na indústria básica e de bens de capital, além dos investimentos em energia (hidrelétrica, petróleo e fontes alternativas).

Questão 9

Com relação ao ajuste do balanço de pagamentos, ocorrido na primeira metade da década de 1980, pode-se afirmar que:

- Ⓐ Um dos seus elementos centrais foi o estímulo às exportações, por meio da adoção de uma política de desvalorização cambial.
- Ⓑ Como resultado de sua aplicação, a economia brasileira voltou a apresentar taxas de crescimento acima de 7% ao ano, entre 1983 e 1985.
- Ⓒ Um dos fatores que permitiu o ajuste da balança comercial foi a melhoria observada nas relações de troca entre 1978 e 1983.
- Ⓓ Obrigado a recorrer ao FMI, no final de 1982, o Brasil firmou diversas cartas de intenção a partir deste ano, conseguindo cumprir, na maioria das vezes, todas as metas fixadas, o que lhe garantiu os empréstimos e avais necessários para a não decretação da moratória, a despeito do quadro crítico das contas externas.
- Ⓔ Impactou positivamente no saldo da balança comercial, de início por intermédio do aumento das exportações e, posteriormente, em virtude da redução das importações, devido à maturação dos investimentos do II PND.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Em 1983, foi realizada uma maxidesvalorização cambial de 30%, que contribuiu para a recuperação das exportações e contração das importações.

(1) Falso.

Embora a expansão do PIB em 1995 tenha sido de 7,8%, a taxa de crescimento média do período 1983-85 foi de 3,3%. A taxa de crescimento de 7% se refere ao período do II PND.

(2) Falso.

Houve *piora* dos termos de troca em função, principalmente, do aumento do preço do petróleo e da queda do preço de importantes itens da pauta de exportações brasileiras (*commodities*), em virtude da conjuntura internacional recessiva.

(3) Falso.

O Brasil submeteu sua primeira carta ao FMI em janeiro de 1983. Algumas metas foram atingidas; entretanto, as metas de inflação e de déficit público foram sistematicamente descumpridas.

(4) Falso.

Houve queda das exportações já em 1982. A recuperação das exportações se deu fortemente apenas a partir de 1983, quando começam a maturar os projetos do II PND. No caso das importações, estas caíram desde o início, apresentando uma redução de -12,4% em 1981. **139**

PROVA DE 2008

Questão 4

Aborde os motivos da crise fiscal e financeira do Estado brasileiro na década de 1980.

Resolução:

O II PND pretendia completar a estrutura industrial brasileira (etapa final do processo de substituição de importações), eliminando as bases da vulnerabilidade e da dependência externa. O plano foi bem-sucedido em alterar a estrutura produtiva e energética do país, reduzindo importações de bens de capital e insumos básicos, e em gerar divisas através de atividades exportadoras. Nesse sentido, no de geração e/ou economia de divisas, houve redução da fragilidade externa. Entretanto, a vulnerabilidade externa financeira da economia foi agravada em parte pela mudança no contexto de liquidez, mas também em função da própria forma de financiamento do II PND, como ressalta Hermann (2011).

O financiamento da “Estratégia de 1974” (estratégia de manter o crescimento elevado com transformação produtiva) baseou-se em: financiamento externo, recursos do BNDE (frequentemente, com juros reais negativos), aval do BNDE para crédito externo e, em menor medida, fontes privadas nacionais de financiamento. Como agravante do quadro, convém assinalar que as empresas estatais foram incentivadas a buscarem recursos externos a fim de prover as divisas necessárias para financiar o déficit de transações correntes.

Cabe aqui ressaltar que a racionalidade do uso dos recursos externos no II PND é objeto de controvérsia. Alguns autores o veem como uma prova da “miopia curto-prazista” do governo (ver Carneiro, 1990, e Carneiro e Modiano, 1990), aliada à necessidade política de manter o crescimento a qualquer custo, em um regime militar que já começava a ser questionado. Outros autores defendem que o uso dos recursos externos era visto como uma oportunidade que permitiria fazer os investimentos necessários. Ou seja, seria possível não no curto, mas no longo prazo, superar a dependência externa, a baixos custos, posto que os juros estavam em níveis historicamente baixos.

O fato inegável é que, após o choque do petróleo e de um curto momento de escassez de recursos, os países em desenvolvimento foram beneficiados pela existência de ampla liquidez internacional advinda dos chamados petrodólares

(dólares reciclados advindos dos ganhos que os países exportadores de petróleo passaram a ter após a quadruplicação do preço do produto).

Todavia, ao final dos anos 1970, o contexto internacional sofreu uma reviravolta com o segundo choque do petróleo, o choque dos juros e a moratória da dívida mexicana, transformando o ambiente anterior de abundância de liquidez externa em um quadro de severa restrição externa. Neste novo contexto, a estratégia anterior de endividamento externo a taxas flutuantes se provou desastrosa. A crise financeira externa se tornou uma crise fiscal:

- a) pelo processo de estatização da dívida externa (o governo assumiu o risco cambial e os encargos financeiros da desvalorização e do aumento dos juros);
- b) pela própria aceleração da inflação que, com uma dívida pública indexada, leva a uma dinâmica perversa de crescimento do estoque desta dívida (efeito “bola de neve”);
- c) pelo aumento dos juros necessários para continuar rolando a dívida pública (o que também contribui para o aumento do estoque da dívida ao longo do tempo);
- d) pela retração da economia (queda da arrecadação) e pelo Efeito Olivera-Tanzi (perda de arrecadação real do governo em virtude da aceleração da inflação);
- e) pelas dificuldades políticas de cortar gastos do governo, em um contexto de crescente questionamento do regime militar; e
- f) pela política de contenção de tarifas e preços públicos na tentativa (inútil) de conter a inflação.

PROVA DE 2009

Questão 3

Comente a seguinte afirmação: nos primeiros anos da década de 1980 ocorreu um fortíssimo choque externo que, juntamente com a política de ajuste implementada para enfrentá-lo, provocou a fragilização financeira do setor público.

Resolução:

Em meados de 1979, por decisão da Opep, o preço do barril de petróleo no mercado internacional saltou de uma média de US\$ 13,60 em 1978 para US\$ 30,00 em 1979 e US\$ 35,70 em 1980. No intuito de evitar um agravamento da inflação, o presidente do FED, Paul Volcker, mais do que dobrou os juros básicos nos EUA, porém de forma lenta e contínua, até 1981, quando a taxa de juros americana atingiu 16,4% ao ano. Os países emergentes que, na segunda metade da década de 1970, haviam utilizado recursos externos para promover investimentos ou financiar seus déficits externos se viram em apuros. Ademais, diferentemente do ocorrido no primeiro choque do petróleo, a retração da liquidez externa provou ser um fato duradouro — e não passageiro.

Em 1982, esse quadro foi agravado pela decretação da moratória do México. Temendo que outros países seguissem o mesmo caminho — e no intuito de evitar maiores perdas —, os credores internacionais endureceram as condições de crédito externo, em especial, para a América Latina, dando origem à Crise da Dívida da década de 1980. A renegociação das dívidas latino-americanas, a rigor, só foi concluída nos anos 1990, através do Plano Brady.

De acordo com Hermann (2011), podemos dividir as respostas do governo brasileiro a estes choques externos na primeira metade dos anos 1980 em três fases: 1979-1980; 1981-1983 e 1984.

Em um primeiro momento (1979-80), a economia apresentava taxas de crescimento ainda elevadas, de 8% a.a. em média, como reflexo do II PND. Em agosto de 1979, o Ministro Simonsen foi substituído pelo Ministro Delfim Netto no comando da política econômica. O diagnóstico deste foi de que o estrangulamento externo enfrentado pela economia brasileira refletia um desajuste de preços relativos. Assim, foi realizada uma maxidesvalorização cambial de 30%, foram corrigidos preços e tarifas públicas e foram estabelecidas medidas de controle monetário (que implicaram taxas negativas de crescimento do M1 e do crédito). Para conter gastos das estatais, foi criada a Sest (Secretaria Especial para as Empresas Estatais). Para compensar os trabalhadores, o governo mudou a política salarial, de reajustes anuais para semestrais (ainda em 1979) e, em seguida, mudou a regra de indexação do salário mínimo de forma a torná-la menos prejudicial aos trabalhadores de menor renda, garantindo apenas parcialmente os reajustes daqueles que ganhavam acima de 15 salários mínimos. Ao mesmo tempo, anunciou políticas de prefixação da correção monetária. O efeito maior das correções de câmbio e de preços foi a aceleração da inflação. A deterioração dos termos de troca e os elevados encargos de juros pioraram as contas externas do país — sendo agora o déficit mais difícil de ser financiado, dado o adverso quadro de liquidez internacional.

No período 1981-1983 o governo mudou sua postura e adotou políticas restritivas, com o diagnóstico de que o desequilíbrio externo e do setor público decorria de um excesso de demanda. O maior resultado foi a queda do PIB, de 2,2% ao ano, em média, no período. O acordo firmado com o Fundo, em janeiro de 1983, levou ao recrudescimento da política monetária contracionista, que já vinha sendo adotada desde 1981, e foi decretada nova maxidesvalorização, dessa vez com efeitos reais, em 1983. A política fiscal também se tornou restritiva a partir de 1982. A carga tributária foi elevada e os investimentos públicos, cortados. Entretanto, em virtude do menor crescimento da economia, do Efeito Olivera-Tanzi (perda de arrecadação real em virtude da aceleração da inflação), da estatização da dívida, das dificuldades de cortar gastos e dos maiores encargos financeiros de juros e da correção cambial, houve, apesar da política fiscal restritiva, aumento tanto do déficit nominal quanto da dívida mobiliária federal.

Em 1984, entretanto, verificou-se uma súbita melhora das contas externas, em função do amadurecimento de projetos do II PND, da maxidesvalorização de 1983, da recessão interna e também do início da recuperação americana. Puxado pelo crescimento das exportações, houve crescimento do PIB de 5,4% em 1984, ao mesmo tempo em que houve melhora na situação fiscal, tendo o déficit operacional do governo atingido 3,0% do PIB. Porém, houve retração dos investimentos, afetados pelos cortes nos investimentos públicos e pela própria dificuldade das empresas estatais em se autofinanciarem em função da defasagem de suas tarifas e preços em relação à inflação (a exceção foram algumas empresas exportadoras de matérias-primas, cujos preços eram fixados internacionalmente).

Em suma, as políticas de ajuste implementadas nos primeiros anos da década de 1980 agravaram a fragilização financeira do setor público em virtude dos elevados juros, da aceleração da inflação e da própria queda do crescimento. A exceção se deu em 1984, quando o bom resultado externo elevou o crescimento e, junto com políticas fiscais restritivas, ajudou na redução do déficit operacional. **169**

PROVA DE 2008

Questão 10

A respeito das diferentes interpretações sobre a natureza da inflação brasileira na década de 1980, é **CORRETO** afirmar que:

- Ⓐ Para os pós-keynesianos, a instabilidade cambial trazida pela crise do endividamento externo foi um dos principais motivos da aceleração inflacionária.
- Ⓑ O congelamento de preços e salários foi a única proposta dos defensores da tese da inflação inercial, para romper a indexação dos preços correntes à inflação passada.
- Ⓒ Para os monetaristas, choques cambiais elevaram o patamar da inflação inercial no triênio 1980-1982, enquanto o risco de novos choques tendia a acelerá-la.
- Ⓓ Para os pós-keynesianos, o principal motivo de perda de controle da oferta de moeda entre 1980 e 1982 foi a acumulação de reservas cambiais trazida pelo superávit comercial.
- Ⓔ Para os defensores da tese da inflação inercial, os choques de oferta tendiam a elevar o patamar da inflação, mas choques de demanda tendiam a reproduzir a tendência inercial.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

De acordo com economistas heterodoxos (e não somente pós-keynesianos), a vulnerabilidade externa leva a desvalorizações periódicas que, em uma economia indexada, se transforma em inflação crônica.

(1) Falso.

Havia ainda a proposta da moeda (Arida e Resende, 1984).

(2) Falso.

Para os monetaristas, o descontrole da moeda e do crédito são os responsáveis pela inflação. Os monetaristas não reconhecem a existência de inflação inercial. Choques de preços deveriam apenas provocar mudanças temporárias em preços relativos. Se há um processo inflacionário é porque o governo sanciona a inflação emitindo moeda e não controlando o crédito.

(3) Falso.

Pós-keynesianos não enfatizam a variação do estoque de moeda como a causa principal da inflação, mas sim os monetaristas. Além disso, não houve sequer acumulação de reservas no período em questão: entre 1980 e 1982 as reservas caíram de um patamar de US\$ 7 bilhões para R\$ 4 bilhões e a capacidade de atrair capitais externos se agravou após a moratória do México.

(4) Falso.

Choques de demanda e choques de oferta tendem a ser, ambos, incorporados à tendência inflacionária, parcial ou inteiramente, a depender do grau de inércia da economia.

Questão 11

A respeito dos planos de combate à inflação adotados entre 1986 e 1994 é CORRETO afirmar:

- Ⓐ A abertura financeira de 1992 auxiliou o Plano Real, ao permitir a acumulação de reservas cambiais e ao promover a gradual desvalorização da moeda nacional antes do plano de estabilização.
- Ⓑ O aumento do saldo comercial em 1986 prejudicou o Plano Cruzado, devido ao impacto monetário que resultou da elevação das reservas cambiais.
- Ⓒ Para reduzir os desequilíbrios distributivos decorrentes do congelamento de preços, o Plano Bresser instituiu a Unidade de Referência de Preços (URP).
- Ⓓ O Plano Real postergou crises cambiais que prejudicaram outros programas de estabilização ao definir uma taxa de câmbio compatível com superávits comerciais.
- Ⓔ Fiel à propalada aversão do então Ministro da Fazenda a congelamentos, o Plano Verão preferiu recorrer à contração da oferta de moeda para combater a inflação.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A maior abertura financeira promovida no início dos anos 1990 permitiu um crescimento das reservas, de tal sorte que o Plano Real se iniciou com nível relativamente confortável de reservas. Quanto ao câmbio, existe controvérsia se a taxa de câmbio real no início do Plano estava (ou não) num patamar de equilíbrio.

(1) Falso.

Em 1986, houve *redução* das reservas cambiais devido à combinação de elevação do déficit de transações correntes e reduzida entrada de capitais. Em 1985, as reservas eram de US\$ 11,6 bilhões, caindo para US\$ 6,8 bilhões, no ano seguinte.

(2) Verdadeiro.

A URP foi um indexador criado no Plano Bresser para corrigir salários e fornecer teto de preços em linha com a política de congelamento (em três fases) do Plano.

(3) Falso.

De acordo com críticos do Plano, a taxa de câmbio foi fixada em um patamar relativamente valorizado em termos reais (quando deflacionada por índices de preços ao consumidor), valorizou-se em termos nominais (e reais) nos primeiros meses e passou quase todo o período do Plano Real bastante defasada em termos reais, o que pode ser notado pela contínua deterioração da balança comercial — à exceção de 1998, quando a desaceleração do produto fez caírem as importações em grande magnitude, levando a uma melhora da balança comercial.

(4) Falso.

O Plano Verão também adotou congelamento, por prazo indefinido.

PROVA DE 2009

Questão 10

O Plano Cruzado, implementado pelo Governo Sarney em 1986, se caracterizou por:

- Ⓐ Grande crescimento da demanda, a despeito da adoção de uma política monetária e fiscal restritiva.
- Ⓑ Fazer uso do congelamento de preços e salários, adotando uma nova moeda atrelada à ORTN.
- Ⓒ Considerar, em sua formulação inicial, que não existiam pressões de demanda que justificassem as elevadas taxas de inflação verificadas na economia brasileira naquele momento.
- Ⓓ Utilizar uma mesma regra de conversão para preços e salários, quando da troca de moedas: do cruzeiro para o cruzado.
- Ⓔ Adotar “choque heterodoxo” como caminho de combate a inflação, em detrimento da proposta de adoção de uma “moeda indexada”.

Resolução:

(0) Falso.

As políticas monetária e fiscal adotadas no Plano Cruzado foram acomodáticas. O pressuposto para a política monetária era de que a demanda por moeda aumentaria com o fim da inflação, dando espaço para o aumento da oferta de moeda, sem que isso gerasse inflação. No caso da política fiscal, pressupunha-se que já havia relativo equilíbrio fiscal e que o déficit remanescente seria liquidado pelo fim do Efeito Olivera-Tanzi.

(1) Falso.

A proposta de criar uma nova moeda atrelada à ORTN era a proposta “Larida”, lançada pelos economistas André Lara Resende e Pêrsio Arida em dezembro de 1984. (Arida e Resende, 1984).

(2) Verdadeiro.

O diagnóstico do Plano Cruzado era de que a inflação era puramente inercial, não existindo pressões de oferta ou de demanda.

(3) Falso.

Os preços foram convertidos pelos valores vigentes em 28 de fevereiro de 1986, enquanto os salários o foram pela média dos seis meses anteriores, receberam abono de 8%, em média (e 16% para o salário mínimo), e foram então congelados. Adicionalmente, foi introduzido o “gatilho salarial” (indexação salarial), que seria acionado quando a inflação acumulasse 20%, a fim de proteger os trabalhadores de grandes perdas por aceleração da inflação. (4) Verdadeiro.

A proposta do “choque heterodoxo” foi lançada por Francisco Lopes (Lopes, 1986) e adotada no Plano Cruzado, ao invés da proposta “Larida”, da “moeda indexada”.

Questão 11

Depois de várias tentativas fracassadas, implementou-se, no Governo Itamar Franco, um plano de estabilização bem-sucedido. No que se refere ao Plano Real, pode-se afirmar que:

- Ⓐ Havia a intenção inicial de fixar limites para a expansão da oferta da nova moeda, o Real, que acabaram não sendo cumpridos.

- ① Enfrentou a dimensão inercial da inflação por intermédio da criação da URV — que se constituiu numa espécie de superindexador.
- ② Juntamente com a abertura comercial, a política cambial adotada a partir da criação do Real foi decisiva no combate à inflação.
- ③ Da mesma forma que na época do Plano Cruzado, a estratégia de combate à inflação do Plano Real não pôde contar com liquidez nos mercados financeiros internacionais.
- ④ A valorização cambial e a conseqüente queda das exportações foi o fator que mais contribuiu para os saldos negativos da balança comercial nos primeiros anos do Plano.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A terceira fase do Plano Real começou justamente com a fixação de metas monetárias, que foram logo descumpridas e, após três meses, abandonadas.

(1) Verdadeiro.

(2) Verdadeiro.

A ampla liquidez internacional característica dos primeiros anos do Real, a abertura comercial e financeira e a valorização cambial tornaram possível o uso de uma estratégia que, em muitos aspectos, se assemelha ao uso de uma âncora cambial (embora o câmbio não tenha permanecido fixo ao longo do Plano) — o que foi fundamental para o sucesso do Plano.

(3) Falso.

Por ocasião do Plano Cruzado, os mercados internacionais ainda viviam o ambiente de restrição de recursos para a América Latina que se seguiu à moratória mexicana de 1982. A partir de 1990, com a adesão ao Plano Brady (repactuação da dívida), pelos países latino-americanos, houve retorno dos fluxos de capital para a região. O Brasil aderiu àquela iniciativa em 1994, o que contribuiu fortemente para o ingresso de recursos, viabilizando, por sua vez, a estratégia de estabilização através do uso de âncora cambial.

(4) Falso.

O maior determinante da piora das contas comerciais ao longo do Plano Real foi o aumento das *importações* (induzido pelo câmbio apreciado, mas também pela oportunidade de renovação do parque industrial, que se encontrava bastante defasado). **190**

A resposta abaixo contempla as seguintes questões:

PROVA DE 2008

Questão 5

Faça uma comparação entre os planos Cruzado e Real, discutindo, inclusive, a conjuntura econômica (nacional e internacional) à época em que foram lançados.

PROVA DE 2009

Questão 4

Discuta o conceito de inflação inercial e explique como ela foi enfrentada quando da implementação dos planos Cruzado (1986) e Real (1994).

Resolução:

O Plano Cruzado e o Plano Real guardam semelhanças e diferenças, seja em seu diagnóstico das causas da inflação, seja no contexto internacional em que foram lançados.

Em primeiro lugar, o Plano Real, ao contrário do Plano Cruzado, partiu do pressuposto de que o desajuste das contas públicas era a principal causa da inflação brasileira. Esta conjectura é diametralmente oposta àquela manifestada por ocasião do Plano Cruzado. Como se sabe, a resistência da inflação brasileira a políticas de contenção de demanda, aplicadas no início dos anos 1980, levou numerosos economistas a formularem hipóteses comportamentais e institucionais sobre o fenômeno. Desenvolveu-se à época a tese de que a inflação brasileira era basicamente inercial, ou seja, perpetuava-se por conta do movimento dos preços no período anterior. Particularmente, no Plano Cruzado (1986) o mal inflacionário, na justificativa de seus criadores, não poderia ter origem fiscal, simplesmente, porque as contas operacionais do setor público se encontravam, à época de seu lançamento, relativamente equilibradas. Não apenas o déficit fiscal não era elevado, como seria eliminado pela própria estabilização, devido ao Efeito Olivera-Tanzi. Isto é, a inflação onerava o Tesouro, posto que as receitas eram indexadas com menor eficiência do que os gastos, e os devedores do governo frequentemente atrasavam pagamentos, a fim de se beneficiarem de valores reais menores, corroídos pela inflação.

Em 1993 (às vésperas do Plano Real, portanto), embora o déficit operacional do governo fosse moderado, comparativamente ao de outros países (2,2% do PIB), os formuladores do Plano concluíram que a principal causa da inflação era, sim, o desequilíbrio fiscal. A tese do desajuste fiscal, porém, não era a convencional (gastos maiores do que receitas), mas sim de que existia, na formulação da proposta orçamentária, um desajuste estrutural entre receitas e gastos que não era revelado pela mera observação do déficit operacional.

A cobertura do hiato de recursos (entre os gastos orçados e as receitas tributárias efetivamente recolhidas) era realizada através dos seguintes artifícios: 1) do crescimento da relação Dívida Pública/PIB (pressionando os juros da economia); 2) da imposição de contingenciamentos (limites quantitativos à realização de despesas autorizadas no orçamento), “calotes” e repressão fiscal (adiamento de receitas e sua consequente corrosão pela inflação); e 3) pela corrosão do valor real dos gastos previstos devido à subestimação da inflação na elaboração da Lei Orçamentária. Diante deste quadro, somente um equilíbrio fiscal prévio, ou seja, uma previsão

realista de gastos em relação à capacidade real de arrecadação, viabilizaria o fim do regime inflacionário. Este era justamente o objetivo da chamada “Fase I” do Plano Real, através da criação do Fundo Social de Emergência (FSE), fundo esse que foi sendo sucessivamente prorrogado, ainda que com outros nomes.

Se o diagnóstico subjacente aos planos Cruzado e Real era bastante distinto no que concerne a aspectos fiscais, ambos compartilhavam a tese de que a inflação brasileira teria um forte componente inercial. Tal componente deveria ser combatido através da desindexação da economia, ainda que as soluções propostas fossem bastante distintas nos dois programas. Ademais, enquanto para o Plano Cruzado a inflação seria puramente inercial, no Plano Real defendia-se que existia um problema fiscal a ser sanado *ex ante* (conforme argumentado acima), na primeira fase do Plano.

Para Lopes (1986), livro que inspirou o Plano Cruzado, em uma economia com elevado grau de inércia, a tendência inflacionária do sistema é a própria inflação do período anterior, que pode ser agravada, ocasionalmente, por flutuações decorrentes de choques de oferta (safras agrícolas, choque do petróleo etc.) ou de demanda. O ponto fundamental é que essas possíveis fontes de flutuação, ao invés de passageiras, são incorporadas à tendência inflacionária da economia.

Na versão de Arida e Resende (1984), ou “Proposta Larida”, que inspirou o Plano Real, o diagnóstico é o mesmo, embora não se enfatize a existência de uma “tendência” inflacionária. Para os dois autores, a inércia inflacionária resulta de cláusulas de indexação que recuperam o valor real dos preços e das rendas em intervalos periódicos, resultando na perpetuação da inflação. A inflação presente passa a ter como mínimo a inflação passada, podendo ser agravada por choques de oferta e demanda.

Tanto Lopes quanto Arida e Resende compartilhavam a concepção de que grande parte da resolução de uma inflação inercial passa por colocar as rendas contratuais, simultaneamente, em seus valores médios. Isto porque, em uma economia com elevada inércia, as rendas contratuais (embora permaneçam, em termos nominais, constantes) exibem uma trajetória de queda (no modelo de Lopes, 1986, linear) em seus valores reais entre os períodos de reajustes (exibindo, portanto, valores de pico, imediatamente após o reajuste, e descendendo até um valor de vale, logo antes do novo reajuste). Já os preços dos bens, por serem mais frequentes os reajustes, encontram-se, em geral, mais próximos de seus valores médios, podendo ser fixados em seus valores correntes.

No Plano Cruzado, pretendia-se combater a inflação através de um congelamento de preços — os vigentes na data de introdução do Plano — e da fixação dos salários em seus valores médios reais dos últimos seis meses. Todavia, foram concedidos abonos salariais para os trabalhadores e introduziu-se o “gatilho” salarial, que recomporia as perdas quando a inflação acumulasse 20%. Arida e Resende eram, porém, bastante críticos da proposta de congelamento, posto que ele “engessa” uma estrutura de preços relativos que poderia ser (ou se tornar com o tempo) inconsistente.

Alternativamente — e a partir da observação de experiências históricas do final de hiperinflações —, a proposta Larida pretendia percorrer o caminho entre uma alta inflação e uma hiperinflação reduzindo os períodos de reajuste dos contratos. Isto, no entanto, sem sofrer as mazelas da hiperinflação. Em vez de esperar que o encurtamento dos reajustes viesse em consequência de uma aceleração da taxa de inflação, os autores propuseram que uma reforma monetária encolhesse a memória do sistema econômico, através da introdução de uma nova unidade monetária — na proposta inicial, indexada à ORTN (e, portanto, sem inflação), que conviveria, durante alguns meses, com a velha moeda. Conforme o uso da moeda indexada fosse se

disseminando (e a livre conversibilidade seria fundamental para evitar uma fuga da velha moeda, o que teria como consequência a explosão da sua velocidade de circulação), a própria necessidade da divulgação de um índice geral de preços se reduziria. O governo, então, poderia fixar uma taxa de depreciação (do cruzeiro relativo ao novo cruzeiro) “igual à taxa média de inflação observada no passado recente (...) *ad infinitum* (ou até que o cruzeiro fosse eliminado)” [Arida e Resende, 1984, p. 24]. Após um curto período de convívio, a velha moeda seria extinta e a inflação, como nas hiperinflações, acabaria abruptamente.

Francisco Lopes fez algumas críticas à proposta Larida. Entre elas, a observação de que preços convertidos livremente e rendas contratuais (salários, aluguéis e preços públicos) convertidas pela média poderiam: “(...) gerar resistências políticas. Afinal, fica difícil justificar por que os salários devem ser convertidos à nova moeda em termos de médias, enquanto os preços dos bens que compõem a cesta de consumo do trabalhador podem ser convertidos em termos de picos” (Lopes, 1986, p. 138). Dadas essas dificuldades, o autor propunha o congelamento. Neste caso, o controle dos preços seria, na percepção do público, o que o governo daria em troca pela conversão compulsória pelas médias.

O questionamento sobre a viabilidade política da proposta não significa, porém, que Lopes defendesse a livre conversão das rendas contratuais, pelo contrário. No limite, alertava Lopes, se todos os agentes tentassem converter suas rendas reais em nova moeda pelos valores de pico anteriores de renda real, a inflação na nova moeda seria exatamente igual à da velha moeda (Lopes, 1986, p. 138). Porém, agora, ao contrário do que supunham Arida e Resende, a reforma monetária não seria: “vã e inócua.” (Arida e Resende, 1984, p. 27). A inflação estaria muito mais vulnerável a choques inflacionários (pela redução do período de reajustes na nova moeda) e a credibilidade do governo estaria ferida pela hiperinflação na velha moeda (p. 138-9).

Por ocasião do Plano Real, algumas modificações foram feitas na URV em relação à proposta Larida. A primeira delas foi a de que a URV não seria uma moeda, mas uma quase moeda, que não teria poder liberatório — impedindo, assim, que uma hiperinflação na moeda velha acabasse por contaminar a nova. Outra modificação foi fazer a URV variar diariamente de acordo com uma média de três índices de preços, tornando o indexador mais universal (chamado de “indexador contemporâneo”). Em resposta à crítica de Lopes de que seria preciso dar “algo em troca” pelo fato de os preços serem congelados perto do pico e as rendas pela média, os salários (que foram convertidos pela média dos valores reais nos últimos quatro meses) passaram a ser pagos pela URV do dia do pagamento, o que, na prática, equivalia a uma indexação mensal. Não foram dados abonos nem foi introduzido o gatilho, como no Plano Cruzado. Além disso, foram introduzidos “custos de cardápio” (*menu costs*). Isto porque, mesmo sendo apenas uma unidade de conta, a URV trazia o risco de uma explosão inflacionária, por uma possível “superindexação”. Para evitar que tal fato ocorresse, o governo tornou a URV de pouca duração (tendo o calendário político também influenciado) e proibiu que os preços finais (exceto na última semana) fossem cotados em URV. A justificativa para esta última medida era manter “custos de cardápio”, ou seja, custos incorridos ao remarcar os preços e reimprimir tabelas.

Uma importante diferença entre o Plano Cruzado e o Real foi a concepção do que deveria ser a política monetária. No primeiro, defendia-se que a política monetária poderia ser acomodatória, posto que ocorreria um natural aumento da demanda por moeda. Já no Plano Real — e, em parte, como aprendizado das experiências anteriores, onde ocorrera uma explosão de demanda sempre que a inflação baixava —, um forte aperto de liquidez foi introduzido.

Arida (1992) defendeu a tese de que a conversão das rendas pela média não seria suficiente, em economias com inflação crônica, para garantir a estabilização. Seria preciso ou aumentar juros ou reduzir o estoque da dívida antes da estabilização, a fim de fazer face ao *boom* de demanda por ativos reais que acontece, naturalmente, pela redução da inflação. Em vez da política monetária passiva, implícita na proposta heterodoxa, seria preciso impor juros altos (ou reestruturar a dívida pública). No início do Plano Real, dadas as dificuldades de reestruturar a dívida pública, a equipe do governo optou por aumentar as taxas reais de juros e elevar as taxas de depósitos compulsórios (sobre depósitos à vista e a prazo) da economia, revelando que a revisão teórica de Pérsio Arida, então presidente do Banco Central, teria sido assimilada.

A maior diferença entre o Plano Cruzado e o Plano Real consiste, porém, na terceira fase do Plano, quando, após um curto período de metas monetárias que rapidamente estouraram, adotou-se uma estratégia de âncora cambial, embora a paridade entre a moeda doméstica e o dólar não fosse propriamente fixa. No Cruzado, a taxa de câmbio foi congelada no nível vigente em 28/2/1986, o que contribuiu para a deterioração do saldo de transações correntes, ao passo que o próprio crescimento da economia (7,5% em 1986) engendrou mais importações e menos exportações (redirecionamento da oferta para o consumo doméstico). Todavia, o contexto de liquidez internacional e a própria abertura da economia eram completamente distintos entre os dois planos — o que foi decisivo para o sucesso do Plano Real.

De fato, em meados dos anos 1980, a economia brasileira padecia ainda das consequências da crise da dívida, do início da década. Em virtude do choque do petróleo e dos juros no início dos anos 1980, o Brasil, que havia se utilizado largamente do endividamento externo para seu desenvolvimento nos anos 1970, se viu diante de uma severa crise no Balanço de Pagamentos. Ao forte aumento do preço do óleo (e resultante déficit comercial) seguiram-se elevações nas remessas de juros, pelo aumento da taxa básica imposto pelo então presidente do FED, Paul Volcker. O resultado dessa combinação de fatores foi a forte deterioração do déficit de transações correntes. Diferentemente da década anterior, em que os petrodólares permitiram o financiamento do déficit a baixos custos, porém, na década de 1980, existia um quadro de severa restrição de liquidez internacional. Este foi ainda agravado pela decretação da moratória pelo México, em 1982, o que resultou em escassos ingressos de divisas para a América Latina como um todo por quase uma década.

O contexto de liquidez internacional começa a mudar justamente em 1990, por ocasião do Plano Brady, que propunha a repactuação da dívida da América Latina, em condições bem mais favoráveis. O Brasil aderiu ao Plano Brady em 1994, ano de lançamento do Plano Real. A repactuação da dívida, somada aos elevados juros que passaram a ser praticados no país, às oportunidades de negócio trazidas pela estabilização e, ainda, à possibilidade de o Brasil se tornar uma plataforma exportadora para o Mercosul tornaram o país extremamente atrativo para investimentos diretos e de portfólio. O quadro internacional ao longo do período que compreende o real (1994-1999), porém, não foi estável, sendo marcado por crises como as do México, Ásia e Rússia. De toda forma, a existência de ampla liquidez internacional era crucial para o financiamento de déficits crescentes em transações correntes, decorrentes da estratégia de utilizar o câmbio como âncora para os preços. Além disso, diferentemente do contexto dos anos 1980, no Plano Real a economia era mais aberta do ponto de vista comercial e financeiro. A abertura comercial era crucial para que a pressão baixista dos preços dos bens comercializáveis se tornasse relevante para a dinâmica dos preços internos. Logo no início do Plano Real, diversas tarifas de importação foram reduzidas e barreiras não tarifárias removidas, de forma a ampliar o canal de influência dos preços dos comercializáveis sobre os demais.

PROVA DE 2007

Questão 4

Do Plano Cruzado ao Plano Collor, passando pelos planos Bresser e Verão, nota-se nítida tendência de se assumir, cada vez mais, uma visão ortodoxa acerca do processo inflacionário brasileiro em detrimento da heterodoxia. Comente tal afirmativa.

Resolução:

O dito diagnóstico ortodoxo da inflação enfatiza pressões nos preços advindas de inflação de demanda (excesso de demanda agregada em relação à oferta agregada). Estas, por sua vez, estão, em regra, associadas a (ou são agravadas por) comportamento expansionista de um governo que gasta além de seus meios. Pressões de custos tais como quebras de safras agrícolas, mudanças nos preços do petróleo, desvalorizações cambiais, aumentos salariais induzidos por reivindicações sindicais etc. são vistos como choques que, por sua natureza, deveriam introduzir (apenas) mudanças temporárias nos preços relativos — e não processos inflacionários. Nesta visão, se choques de custos se transformam em inflação, isso se deve a uma permissividade das autoridades monetárias, que sancionam os aumentos de preços através da emissão de moeda.

A base teórica da dita teoria ortodoxa da inflação é a teoria quantitativa da moeda, que pressupõe que, diante de uma velocidade constante de circulação da moeda e do produto em seu potencial (pleno emprego), a expansão monetária gera, apenas, aumento do nível dos preços. O receituário ortodoxo, em consequência, sugere que processos inflacionários devem ser contidos com políticas monetária e fiscal contracionistas. Versões mais modernas aplicam o mesmo receituário, indicando, porém, uma necessidade de trabalhar as expectativas inflacionárias.

O Plano Cruzado foi implementado em 1986, em um contexto em que políticas fiscais e monetárias restritivas, adotadas na primeira metade dos anos 1980, tinham se provado incapazes de conter o processo inflacionário em curso no país. Diante disto, fortaleceu-se a tese de que o princípio da correção monetária, introduzido no Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), tornara-se um elemento de dificuldade para o combate à inflação.

Nesse contexto, a tese que inspirou o Plano Cruzado baseava-se no diagnóstico de que a inflação brasileira era “puramente inercial”, isto é, não existiam, no momento de adoção do plano, nem pressões de demanda nem pressões de custos. A prova para a ausência de pressões de demanda seria a existência de baixos níveis de déficits públicos, quando aferidos no conceito operacional (isto é, aquele que desconta do déficit nominal os efeitos da correção monetária e cambial). Pressupunha-se, ademais, que a situação fiscal do governo seria beneficiada com o fim da inflação, pelo fim do Efeito Olivera-Tanzi (resultante de uma melhor indexação dos gastos do governo, em relação às suas receitas).

A tese de inflação inercial é considerada uma tese heterodoxa porque admite que pressões de custos podem não ser passageiras (caso em que gerariam apenas mudanças de preços relativos), mas derivarem de problemas estruturais da economia, tais como fragilidade externa (gerando recorrentes desvalorizações cambiais), gargalos setoriais, estruturas oligopolizadas etc. De acordo com as teses heterodoxas, pressões de custos podem se transformar em inflação inercial pela existência de conflito distributivo, isto é, uma situação na qual cada segmento da sociedade (trabalhadores, governo e empresários) busca uma fatia de renda maior e que, se

somadas, são inconsistentes com o nível do produto, gerando aumento dos preços. Na luta por assegurar sua fatia de renda real, os agentes introduzem cláusulas de indexação em seus contratos de forma a manter, em média, o poder de compra constante. Na visão heterodoxa, a expansão monetária é vista como consequência (acomodatícia) e não causa da inflação. A adoção de políticas restritivas de demanda, nesse quadro, apenas sacrifica o crescimento do PIB.

No diagnóstico do Plano Cruzado, a tese da inflação inercial não estava associada propriamente a problemas estruturais da economia, mas sim à ampla indexação da economia. De acordo com Lopes (1986), a inércia inflacionária decorreria da existência de contratos com cláusulas de indexação que perpetuaram a inflação passada, criando uma tendência inflacionária (igual à própria inflação do período anterior). Esta pode ser agravada, ocasionalmente, por flutuações decorrentes de choques de oferta (safras agrícolas, choque do petróleo etc.) ou de choques de demanda (causados por um descontrole fiscal, por exemplo). O ponto fundamental é que essas possíveis fontes de flutuação, em vez de passageiras, são incorporadas à tendência, levando a patamares cada vez mais elevados de inflação — que se reproduzem no tempo.

O Plano Cruzado foi inspirado na tese da inflação puramente inercial, tal qual descrita por Lopes (1986). Todavia, diante do insucesso do plano, fortaleceu-se a tese de que tal diagnóstico estaria errado. Em primeiro lugar, argumentou-se que a inflação, antes da adoção do Plano Cruzado, já estava se acelerando. Portanto, a inflação não poderia ser “puramente inercial”. Admitiu-se, ainda, que o próprio Plano Cruzado, ao introduzir aumentos reais nos salários, por meio dos abonos, e pela prática de políticas monetária e fiscal consideradas expansionistas, tinha, na realidade, criado (ou agravado) a inflação de demanda. Por esse motivo, o Plano Bresser (1987) partiu do diagnóstico de que a inflação brasileira seria inercial e de demanda. Trata-se, assim, de um plano híbrido, com elementos ortodoxos e heterodoxos. Com o fracasso do Plano Bresser, houve um breve retorno à ortodoxia, em 1988, no pacote implementado pelo então Ministro Máilon da Nóbrega (denominado “política do feijão com arroz”). Após novo insucesso, retornou-se à tese de que a inflação brasileira era inercial e de demanda, por ocasião do Plano Verão (1989). Este, todavia, foi mais radical do que o Plano Bresser, na medida em que propôs congelamento por tempo indeterminado (já que os congelamentos temporários do Plano Bresser não tinham sido exitosos).

O diagnóstico do Plano Collor é um pouco distinto, embora também aponte para a existência de inflação inercial e de demanda. O componente inercial da inflação estaria não apenas nos preços (ou nos contratos com cláusulas de indexação), mas também na moeda. Isto porque os depósitos bancários (as ditas ‘contas remuneradas’) rendiam juros reais (frequentemente, positivos), mantendo o poder de compra da moeda que estivesse aplicada nos bancos, ao passo que a moeda em circulação perdia seu poder de compra em virtude da inflação. Por trás dos depósitos dos bancos, todavia, estavam títulos públicos (ou privados, em menor monta), cujo pagamento levava a uma “fragilidade financeira do Estado” — sendo este, a rigor, o diagnóstico da principal causa da inflação. Para acabar com essa fragilidade, foram feitos os sequestros de liquidez que caracterizaram o Plano (retenção temporária de 80% do M4). Neste sentido, a própria indexação estaria afetando a saúde fiscal do governo. Ainda com o objetivo de melhorar o quadro fiscal, foram realizados aumentos de impostos, medidas de combate à sonegação, reforma dos Ministérios, entre outras. Por fim, cabe mencionar que o Plano Collor defendia que a consolidação da estabilidade só se daria na medida em que a economia brasileira se reformulasse em termos de competitividade — o que seria feito com a abertura e as privatizações. Embora o Plano

Collor seja considerado um plano heterodoxo, o Governo Collor em si é associado à defesa de um Estado mínimo e contenção fiscal, neste sentido caminhando na direção de uma maior ortodoxia.

7- História da Industrialização

(Não há questões múltipla escolha – apenas discursivas).

PROVA DE 2008

Questão 1

Discuta as diferentes interpretações sobre a relação entre exportações cafeeiras, taxa de câmbio e expansão industrial antes de 1930.

Resolução:

Essencialmente, há duas interpretações relacionando café, câmbio e indústria antes de 1930: uma, que identifica uma relação direta entre desempenho exportador e crescimento industrial, e outra, que destaca uma relação inversa entre estas variáveis.

A primeira interpretação está associada, sobretudo, aos trabalhos de Warren Dean. Para o autor, a indústria brasileira se desenvolveu em períodos de bom desempenho das exportações cafeeiras e sofreu durante períodos de retração no setor exportador. Os canais ligando as exportações cafeeiras à indústria seriam muitos, a exemplo da criação de um mercado doméstico para produtos manufaturados a partir da maior monetização e aumento da renda trazidos pelo setor exportador; a integração do mercado (e os ganhos de comércio daí decorrentes) proporcionada pelas ferrovias construídas, principalmente, para atender ao setor cafeeiro; o desenvolvimento do comércio de importação e exportação ajudando na criação de um sistema de distribuição de produtos manufaturados; e a maior oferta de mão de obra para o setor industrial a partir da imigração europeia que a expansão cafeeira atraiu. Por fim — e não menos importante —, as exportações cafeeiras proporcionavam grande parte das divisas internacionais usadas para a importação de bens de capital e insumos utilizados pelo setor industrial.

Este último canal, como se vê, deixa explícita a mediação exercida pela taxa de câmbio entre as variáveis “exportações cafeeiras” e “indústria”: momentos de aumento das exportações de café trariam maiores receitas em moeda estrangeira e, com isso, a possibilidade de se aumentar a importação de bens de capital (e, portanto, o **investimento** doméstico) em meio a um mercado consumidor em expansão (pelos motivos destacados acima).

O principal reparo que se pode fazer a esta interpretação envolve apontar períodos em que o desempenho das exportações de café foi ruim e, não obstante, a produção industrial aumentou. Tal foi o caso, por exemplo, na segunda metade da década de 1890 e, mais claramente ainda, durante a Primeira Guerra. Em ambos os períodos, assistiu-se a uma depreciação cambial que ajudou a proteger a produção manufatureira doméstica da concorrência de artigos importados. Com isso, foi possível, em um contexto de crise do setor exportador, aumentar a produção industrial aproveitando-se de capacidade instalada ociosa, capacidade esta que havia sido criada em um período anterior de câmbio apreciado (e, portanto, maior facilidade para importar máquinas e insumos industriais).

Estes períodos em que se verifica uma relação inversa entre exportações cafeeiras e crescimento da produção industrial — mediada por uma taxa de câmbio que se deprecia — foram destacados por autores como Roberto Simonsen, naquilo que ficou conhecida como uma “teoria dos choques adversos” (para detalhes desta corrente interpretativa, ver a Prova de 2005, Questão 1, item a).

PROVA DE 2009

Questão 1

Discuta as principais características do “modelo primário-exportador” e do “modelo de substituição de importações”, identificando suas principais diferenças.

(Ver Prova de 2005, Questão 2)

Resolução:

De acordo com Tavares (1972), são as seguintes as principais características do modelo de desenvolvimento voltado “para fora”, ou modelo primário-exportador:

- o setor exportador era o centro dinâmico da economia; adicionalmente, apresentava alta rentabilidade e especializava-se em um número reduzido de produtos;
- a atividade industrial reduzida, juntamente com o setor agrícola de subsistência, era incapaz de dar à atividade interna um dinamismo próprio;
- a elevada concentração da propriedade dos recursos naturais e capital (sobretudo no setor exportador) resultava em renda extremamente concentrada;
- existência de uma economia “dual”, envolvendo grande diferença de produtividade entre o setor externo (isto é, o setor exportador) e interno (de produção de subsistência); e
- da combinação desta economia “dual” com a enorme concentração na distribuição de renda resultaria grande disparidade entre a estrutura de produção e a composição da demanda interna por manufaturados, que acabava sendo atendida, quase que integralmente, pelas importações.

São duas as principais diferenças entre os modelos:

- a. com o advento do modelo de substituição de importações, tem-se um novo centro dinâmico da economia — o investimento industrial (e não mais o setor exportador), cujo volume e composição passam a ser decisivos para a continuação do processo de desenvolvimento;
- b. (como decorrência de “a”) o modelo de desenvolvimento volta-se para “dentro”, já que a industrialização substitutiva de importações tem por objetivo atender o mercado interno.

Por fim, cabe notar, seguindo Tavares (1972), que o modelo de substituição de importação não promove ruptura total com o modelo primário-exportador. Tem-se, isso sim, uma mudança parcial, representada pela preservação tanto de uma base

exportadora precária como de uma estrutura econômica “dual” (composta de um setor “capitalista” pequeno e um grande setor “subdesenvolvido”).

8- Temas Transversais

8.1. O PAPEL DO ESTADO E AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

PROVA DE 2008

Questão 13

Com respeito à atuação do Estado brasileiro durante o período militar, julgue as afirmativas:

- Ⓐ Durante o “milagre econômico”, a postura conservadora do governo fez com que se reduzisse o número de empresas estatais.
- Ⓑ Outra face da atuação estatal diz respeito ao fornecimento de *hedge* ao setor privado endividado em dólares nos momentos de crise internacional, como os que ocorreram ao final dos anos 1970 e início da década de 1980.
- Ⓒ O controle de preços do setor privado, por meio de órgãos como o CIP e a Sunab, revelou-se inoperante na prática.
- Ⓓ Em alguns momentos, o Estado subsidiou o setor privado por meio da subcorreção dos preços dos bens e serviços fornecidos por empresas estatais.
- Ⓔ A atuação do Estado como agente financiador de longo prazo não foi importante devido ao sucesso das reformas do Paeg no tocante ao mercado financeiro e ao mercado de capitais.

Resolução:

(0) Falso.

Ao longo do Milagre foram criadas diversas empresas estatais, incluindo subsidiárias da Petrobrás e da Companhia Vale do Rio Doce. A criação da Secretaria de Controle das Empresas(Sest), no período seguinte, em 1979, se justifica justamente pela rápida e expressiva ampliação do número de empresas estatais e a necessidade de coordenar e monitorar a atuação destas, a fim de garantir os investimentos e sua convergência com as diretrizes econômicas e sociais do governo.

(1) Verdadeiro.

A Resolução CMN n.º 432, de 1977, para o setor privado ou o setor público, permitia trocar uma dívida, cujo reajuste se dava pela correção cambial, por outra ajustada pela correção monetária, assumindo o Banco Central o risco cambial e todos os encargos decorrentes do empréstimo externo, diante de uma mudança da taxa cambial. Em troca, o Banco Central recebia pagamento adiantado em dólares de um contrato de empréstimo externo. Caso as expectativas de variação cambial se desfizessem, o agente poderia sacar os recursos junto aos seus depósitos no Banco Central.

(2) Falso.

Os controles foram, sim, efetivos, embora, ao final do período do Milagre já tivessem reduzido sua eficácia, pois começara a se formar um mercado paralelo que praticava preços mais altos para bens cujos preços eram controlados pelo CIP e pela Sunab.

(3) Verdadeiro.

O Estado frequentemente não corrigia preços públicos e tarifas, com o intuito de não contribuir para a inflação, que já se acelerava.

(4) Falso.

As medidas de estímulo ao mercado financeiro de longo prazo no Brasil não foram bem sucedidas. Entre os diversos instrumentos criados cabe citar, por exemplo, as LTN (Letras do Tesouro Nacional) e as ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), que originalmente teriam sido concebidas para servir de lastro ao financiamento de curto e longo prazo, respectivamente, com acessos diferenciados entre as instituições financeiras. Todavia, a criação dos “compromissos de recompra” acabaram por tornar os títulos semelhantes, na prática.

De fato, o financiamento de longo prazo no Brasil permaneceu, no Milagre, concentrado no BNDE, (não obstante o desenvolvimento, à época, do mercado de capitais — Bolsa de Valores. Em particular, ressalta-se a importância do apoio da Finame ao setor de bens de capital. A partir de 1971 aquela agência do BNDE passou a operar com prazos de oito anos, podendo chegar a até 15 anos (a partir de 1972, em seu programa especial), a juros de 3 a 6% mais correção monetária.

PROVA DE 2009

Questão 13

A ação do Estado está inserida em um quadro institucional composto por leis, empresas, conselhos, comissões e institutos que são criados e formam um arcabouço jurídico-institucional e uma rede de órgãos que interagem, formulam e racionalizam propostas e viabilizam a atuação estatal. Considere as instituições abaixo relacionadas nos itens A a H:

A — Banco Central do Brasil

B — Grupo Misto Cepal-BNDE

C — Banco Nacional de Habitação (BNH)

D — Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil

E — Conselho Interministerial de Preços (CIP)

F — Superintendência de Moeda e de Crédito (Sumoc)

G — Companhia Vale do Rio Doce

H — Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

Considere as seguintes alternativas:

- Ⓐ Todas as instituições evidenciam a importância da atuação do Estado na economia brasileira a partir do final da Segunda Guerra Mundial, quando foram criadas.
- Ⓑ Nenhuma das instituições arroladas foi criada após o fim do regime militar instaurado em 1964.
- Ⓒ Nenhuma dessas instituições foi criada durante o Governo Juscelino Kubitschek.
- Ⓓ Das instituições arroladas, três delas, e apenas três, fazem parte das medidas institucionais implementadas à época do Paeg.

④ As instituições B, F e G, e apenas elas, foram criadas antes do regime militar instaurado em 1964. **266**

Economia_Brasileira_Livro.indb 266 28/01/2014 12:51:06

Resolução:

(0) Falso.

Por exemplo, a companhia Vale do Rio Doce (1942) e a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (1936) foram criadas previamente.

(1) Verdadeiro.

Todas as instituições acima listadas foram criadas antes de 1985, quando terminou o regime militar.

(2) Verdadeiro.

Parte das instituições foi criada no Governo Vargas (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial e Vale do Rio Doce, no primeiro Governo Vargas, e Grupo Misto Cepal-BNDE, no segundo), a Sumoc foi criada no Governo Dutra, e as demais nos governos Castello Branco (FGTS, Banco Central do Brasil e BNH) e Governo Costa e Silva (CIP, em 1968).

(3) Verdadeiro.

São elas FGTS, Banco Central do Brasil e BNH.

(4) Falso.

Há ainda a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, item D.

8.2. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA

PROVA DE 2008

Questão 15

Os níveis elevados e persistentes de desigualdade na distribuição de renda caracterizam o Brasil como detentor de um dos mais elevados graus de iniquidade no mundo. A esse respeito, é CORRETO afirmar que:

- Ⓐ O aumento significativo na desigualdade da distribuição de renda entre 1960 e 1970 foi considerado por determinada corrente de economistas como consequência natural do crescimento acelerado.
- Ⓑ O trabalho de Langoni sobre a distribuição de renda identifica a educação como a variável mais importante para explicar a desigualdade.
- Ⓒ Examinando o período 1960-1980 como um todo, pode-se concluir que, apesar do aumento da desigualdade na distribuição de renda, o bem-estar social aumentou e a pobreza diminuiu.

- ③ O grau de concentração de renda diminuiu na década de 1980, devido à adoção da semestralidade dos reajustes salariais em 1979 e à existência de diferentes políticas salariais, inclusive com reajustes diferenciados a favor das classes de menor poder aquisitivo.
- ④ Após a implementação do Plano Real observa-se uma piora no índice de concentração de renda, não obstante a significativa redução do imposto inflacionário ter favorecido as classes de menor poder aquisitivo.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A tese vigente na época (defendida, por exemplo, pelo ministro Delfim) era de que a concentração de renda favoreceria o crescimento, em virtude do fato de as camadas mais abastadas pouparem mais. Esta tese está em linha com modelos de crescimento à la Solow ou Harrod-Domar (bastante populares nessa época): quanto maior a propensão a poupar da economia, maior o crescimento econômico. Ademais, segundo a tese do Langoni (Langoni, 1973), o elevado crescimento da época teria levado a demanda por trabalhadores mais qualificados. Assim, seria natural que esses tivessem seus salários majorados desproporcionalmente — levando a uma piora da distribuição de renda.

(1) Verdadeiro.

Langoni (1973), se tornou uma referência na literatura e gerou grande polêmica nos anos 1970 ao defender a tese de que a desigualdade de educação era a principal responsável pela piora da distribuição de renda no Brasil durante o Milagre.

(2) Verdadeiro.

Embora a desigualdade tenha aumentado no período, a parcela da renda dos percentis mais baixos aumentou. Durante as décadas de 1960 e de 1970, a taxa de crescimento média anula da renda real do primeiro decil foi de 2,1% e de 1,4% no segundo decil. Estas foram mais baixas apenas do que a obtida pelo último (décimo) decil, de 2,2%. [Dados de Ramos e Mendonça (2005)]. O nível médio de renda aumentou 25% de 1960 para 1970. O elevado crescimento econômico reduziu, portanto, a pobreza.

(3) Falso.

Apesar de a política salarial dos primeiros anos da década de 1980 ser favorável aos mais pobres, a concentração de renda aumentou em virtude da aceleração da inflação. Enquanto em 1981 os 50% mais pobres detinham 13,1% da renda nacional, esta proporção caiu para 10,6% da renda em 1989.

(4) Falso.

O Índice de Gini permaneceu, grosso modo, estável (em torno de 0,60) entre 1993 e 1999.

Questão 15

Quanto à desigualdade de renda e a pobreza no Brasil, pode-se afirmar que:

- Ⓐ Não há consenso acadêmico-político acerca do Brasil se constituir num dos países mais desiguais do mundo.
- Ⓑ O grau de escolaridade dos indivíduos é considerado, pela literatura hegemônica existente, como o principal atributo na determinação da desigualdade de renda.
- Ⓒ Os programas de renda mínima implementados no Brasil têm por objetivo combater a pobreza relativa.
- Ⓓ O crescimento econômico é condição necessária, e suficiente, para redução das desigualdades no Brasil.
- Ⓔ Há um debate importante sobre o modo de combater a pobreza, que opõe, de um lado, os partidários das políticas sociais universais e, de outro, os defensores das políticas sociais focalizadas.

Resolução:

(0) Falso.

Há *rankings* de desigualdade que indicam claramente o fato de o Brasil ser um dos países mais desiguais do mundo, embora o país tenha avançado bastante nos últimos anos.

(1) Verdadeiro.

Existe certo consenso acadêmico de a desigualdade de renda no Brasil ser em grande medida explicada pela desigualdade educacional, que se manifesta em desigualdade de renda do trabalho.

(2) Falso.

O Brasil possui programas de renda mínima focalizados, como o Bolsa Família, cujo objetivo é combater a pobreza *absoluta* — e não a relativa.

(3) Falso.

Embora exista ampla literatura indicando que o crescimento econômico reduza a pobreza, nem sempre períodos de crescimento vêm acompanhados de redução na desigualdade. Como exemplo podemos citar, inclusive, a experiência brasileira, na comparação entre a década de 1970 em relação a de 1960.

(4) Verdadeiro.

Existe amplo debate no Brasil sobre a necessidade de políticas universais, por exemplo em educação e saúde, e programas focados para as camadas menos favorecidas. O Brasil dispõe de ambos os tipos de abordagem em programas que foram ampliados nos governos Lula.

(Ver a questão discursiva n.º 5 do Exame de 2013.)

QUESTÕES DISCURSIVAS

8.3. A REFORMA DO ESTADO E AS PRIVATIZAÇÕES

Não há.

8.4. RELAÇÕES COM A ECONOMIA INTERNACIONAL: INTEGRAÇÃO (ABERTURA COMERCIAL E FINANCEIRA), POLÍTICA INDUSTRIAL E DÍVIDA EXTERNA

PROVA DE 2008

Questão 12

A respeito dos efeitos da abertura comercial e financeira sobre o crescimento econômico, a indústria e o balanço de pagamentos, é **CORRETO** afirmar que:

- ① Os ganhos de eficiência gerados pela abertura comercial tornaram as cadeias produtivas industriais mais integradas verticalmente ao longo da década de 1990.
- ① Entre 1995 e 1998, os déficits comerciais foram financiados pelo aumento do passivo externo.
- ② A falta de competitividade da indústria nacional tornou-se explícita com a abertura comercial e agravou-se com a valorização da taxa de câmbio após o Plano Real, trazendo como consequência o fechamento de um grande número de empresas e a retração do emprego industrial.
- ③ A redução das alíquotas do Imposto de Importação e a apreciação cambial prejudicaram vários segmentos como têxtil, calçados, brinquedos e eletroeletrônico.
- ④ A abertura provocou, desde o início, a reversão dos saldos comerciais positivos característicos dos anos 1980.

Resolução:

(0) Falso.

A década de 1990 levou a uma reestruturação da indústria, que se caracterizou pelo enxugamento de linhas de produtos, fechamento de algumas indústrias, terceirização e reformas gerenciais.

(1) Verdadeiro.

Durante os primeiros anos do Plano Real houve deterioração constante dos saldos comerciais, que foram financiados amplamente por influxos de capitais, majoritária (mas não exclusivamente) de curto prazo.

(2) Verdadeiro.

Com a abertura comercial, houve fechamento de várias empresas e perda de empregos industriais, devido à falta de competitividade da indústria brasileira. Todavia, houve também um processo de reestruturação (gerencial e diversificação de produtos) das empresas nos anos 1990, além de remontagem do parque industrial, através do aumento de importações de equipamentos.

(3) Verdadeiro.

Os setores apontados sofreram em particular pela entrada, no comércio internacional, da China, com preços muito mais competitivos (além do problema da apreciação cambial).

(4) Falso.

A reversão do saldo da balança comercial só ocorreu após 1994; portanto, após o Plano Real, fortemente influenciada pelo câmbio apreciado. A abertura comercial começou ao final dos anos 1980, mas se intensificou a partir do governo Collor.

Questão 14

Julgue as afirmativas:

- ⓐ Ao longo das décadas de 1930 e 1940, o total da dívida pública externa brasileira aumentou em virtude dos acordos de cooperação internacional negociados pelo Governo Vargas. Após dois acordos firmados com credores internacionais à época da Segunda Guerra, o Brasil conseguiu reduzir pela metade o montante de sua dívida pública externa.
- ⓑ A cooperação econômica entre os governos de Brasil e Estados Unidos deteriorou-se durante a administração Eisenhower, mas o Governo Kubitschek pôde obter recursos privados atraindo empresas europeias e japonesas.
- ⓒ Embora o Plano de Metas estimulasse investimentos industriais orientados sobretudo para o mercado interno, as exportações de manufaturados aumentaram e as de café reduziram sua participação no valor total das exportações, no período.
- ⓓ Durante o “milagre econômico”, o aumento da dívida externa brasileira explica-se inteiramente pelos déficits de transações correntes acumulados entre 1968 e 1973.
- ⓔ A partir de 1999, os acordos negociados pelo Brasil com o FMI deixaram de estipular metas para reformas institucionais, limitando-se a definir metas quantitativas para o superávit fiscal primário.

Resolução:

(0) Falso.

Após dois acordos firmados com credores internacionais à época da Segunda Guerra, o Brasil conseguiu *reduzir* pela metade o montante de sua dívida pública externa.

(1) Verdadeiro.

De modo geral, a cooperação econômica com o governo dos EUA sofreu um recuo durante a administração Eisenhower (1953-1961), quando as atenções norte-americanas estavam voltadas para a Europa e a Ásia. Neste ínterim, o Governo

Kubitschek atraiu diversas empresas estrangeiras para o Brasil oferecendo alguns benefícios: a) remessa de lucros e dividendos em condições favorecidas (Lei n.º 1.807 de 1953); b) Instrução n.º 113 da Sumoc (baixada no Governo Café Filho, em 1955); e c) promessa de elevação das tarifas de importação. A Lei n.º 1.807 assegurava remessas de juros até o teto de 8% do capital social e de 10% para lucros e dividendos, sendo o reinvestimento de lucro permitido para a base de cálculo. A Instrução n.º 113 da Sumoc, por sua vez, autorizava a importação de bens de capital sem cobertura cambial. A promessa de elevação das tarifas de importação se consumou em 1957 e conferiu maior proteção às indústrias aqui instaladas.

(2) Verdadeiro.

A participação dos manufaturados no total das exportações brasileiras aumentou de 1,2% em 1956 para 2,6% em 1960. A queda da participação do café no total exportado (de 70% para 56%) no período é explicada pelo forte recuo de seu preço no mercado internacional (-40%).

(3) Falso.

O período do Milagre Econômico coincide com uma fase de elevada liquidez internacional e termos de troca favoráveis ao Brasil. Houve ingresso de recursos muito superior ao necessário para o financiamento do déficit de transações correntes, o que levou a aumento significativo das reservas internacionais do país.

(4) Falso.

O acordo de 1999 com o Fundo estabeleceu metas quantitativas, mas também mencionou reformas institucionais que seriam necessárias para alcançar os objetivos. Por exemplo, o aumento da contribuição previdenciária dos militares requeria nova legislação. Outras medidas, porém, poderiam ser implementadas por Decreto ou por Medida Provisória, sendo que esta opção exige ratificação subsequente pelo Congresso — conforme citado no item 10 do Memorando de Política Econômica, de 8/3/1999.

PROVA DE 2009

Questão 12

Com relação ao endividamento externo do Brasil, no período correspondente ao “milagre econômico” e ao II PND, pode-se afirmar o seguinte:

- Ⓐ No decorrer da década de setenta verificou-se um processo de “privatização” da dívida externa brasileira.
- Ⓑ As razões do endividamento no período 1968-1973 estiveram associadas às relações financeiras da economia brasileira com o “resto do mundo”, num momento de escassa liquidez nos mercados financeiros internacionais.
- Ⓒ O período 1968-1973 foi, contemporaneamente, o primeiro grande movimento de aceleração da dívida externa brasileira.
- Ⓓ Parte significativa do aumento do endividamento externo durante o período do “milagre econômico” esteve associado ao aumento das reservas internacionais.

- ④ No período seguinte, 1974-1976, a dinâmica do endividamento externo — diferentemente do período do “milagre” — esteve associada à ocorrência de grandes déficits na balança comercial, bem como ao próprio custo da dívida.

Resolução:

(0) Falso.

Ao contrário: no período, operou-se, isso sim, um processo de “estatização” da dívida externa.

(1) Falso.

O período do Milagre brasileiro se caracteriza, ao contrário, pelo momento de ampla liquidez internacional, favorecida pelo mercado de eurobônus.

(2) Anulada

Questão Anulada possivelmente pelo enunciado não ser claro.

(3) Verdadeiro.

Os influxos de recursos resultantes da abundante liquidez internacional e dos incentivos para a tomada de empréstimos (dadas as baixas taxas de juros) foram superiores às necessidades de financiamento externo, resultando em aumento das reservas internacionais do país.

(4) Verdadeiro.

Em virtude do choque do petróleo, das próprias necessidades de importação de máquinas, equipamentos e insumos do II PND e do elevado crescimento houve em aumento dos déficits comerciais no período.

8.5. MERCADO DE TRABALHO

PROVA DE 2009

Questão 14

Sobre a política salarial adotada no Brasil ao longo do século XX pode-se afirmar:

- ① A introdução do salário mínimo no Brasil ocorreu no início da década de 1930, juntamente com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
- ② Em sua criação, o salário mínimo possuía valores regionalmente diferenciados e excluía os trabalhadores do campo.
- ③ Um dos motivos da crise política que envolveu o segundo governo de Vargas, na década de 1950, foi a proposta do Ministro do Trabalho de duplicar o salário mínimo.
- ④ O pico que representa o maior salário mínimo do período considerado, em termos reais, ocorreu nos primeiros anos da década de 1960, em parte resultante da política salarial expansiva adotada pelo governo.

- ④ No período do Paeg introduziu-se uma política salarial que previa o reajuste anual dos salários e que considerava em sua fórmula, entre outros fatores, a possibilidade de incorporar ganhos de produtividade.

Resolução:

(0) Falso.

O salário mínimo foi instituído em 1^o de maio de 1940, através do Decreto-Lei nº 2.162. Já o Ministério do Trabalho foi criado em 26/11/1930.

(1) Verdadeiro.

(2) Verdadeiro.

Atendendo a sugestão do Ministro do Trabalho (João Goulart), Vargas anunciou reajuste de 100% no valor do salário mínimo, em 1^o de maio de 1954. A decisão contrariava a vontade, entre outros, de empresários, Forças Armadas e da UDN e, com isso, ajudou a agravar o quadro político da época.

(3) Falso.

O gabarito oficial da Anpec é questionável. De fato, consulta ao Ipeadata revela que o pico da série de salário mínimo real (a preços constantes de junho de 2013) foi atingido em outubro de 1961 — portanto, 'logo nos primeiros anos da década de 1960', como afirmado no enunciado.

(4) Verdadeiro.